

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
CASTELO BRANCO



ATA DA SESSÃO
ORDINÁRIA DE
2022/09/30

ATA N.º 08



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

ATA N.º 8/2022

Aos trinta dias do mês de setembro de 2022, pelas 9 horas e 30 minutos, reuniu em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Castelo Branco, cuja mesa foi presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Jorge Manuel Vieira Neves, pelo Primeiro Secretário, Carlos Simão Martins Mingacho e pela Segunda Secretária, Christelle Varanda Domingos (em substituição de Celeste Nunes Rodrigues), com a seguinte ordem de trabalhos:

I – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

(A preencher nos termos do Regimento.)

1. Prestação de informações que à Mesa cumpra produzir.

2. Aprovação da ata:

- Ata n.º. 5/2022, referente à sessão de 29 de abril 2022.

3. Intervenções.

II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Ponto 1 - Apreciar uma informação do Presidente da Câmara sobre a atividade municipal e situação financeira do Município.

Ponto 2 - Discussão e votação da proposta de “Adesão do Município de Castelo Branco à APPE – Associação Portuguesa de Parques Empresariais.” (**Proposta n.º. 35/2022**)

Ponto 3 - Discussão e votação da proposta de “Sociedade Agrícola Rebouça de Cima, Lda.. Pedido de Declaração de Interesse Público” (**Proposta n.º. 36/2022**)

Ponto 4 - Discussão e votação da proposta de “Contratos Interadministrativos com as Juntas/Uniãos de Freguesia:

4.1. Junta de Freguesia de Tinalhas. Colocação de estátua da Rainha Santa Isabel no recinto.
(**Proposta n.º. 37/2022**)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

4.2. União de Freguesias de Escalos de Baixo Mata. Reabilitação do Edifício da Junta de Freguesia de Mata. **(Proposta 38/2022)**

Ponto 5 - Discussão e votação da proposta de “Ocupação do Espaço aéreo da Via Pública com Toldos e similares – Isenção de taxa”. **(Proposta n.º. 39/2022)**

Ponto 6 - Discussão e votação da proposta de “Nomeação da SROC, Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados, S.R.O.C., LDA, como auditor externo legais das Contas.” **(Proposta n.º. 40/2022)**

Ponto 7 - Discussão e votação da proposta de “3ª. Alteração Orçamental Modificativa (Revisão)”. **(Proposta n.º. 41/2022)**

III – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

ADITAMENTO À CONVOCATÓRIA DA SESSÃO DE 30/09/2022

Ponto 8 - Discussão e votação da proposta de “Ratificação do Despacho N.º. 29-P, de 31/08/2022, no que diz respeito à Estrutura Nuclear”. **(Proposta n.º. 42/2022)**

MEMBROS PRESENTES À SESSÃO

Jorge Manuel Vieira Neves, António Augusto Cabral Marques Fernandes, Carlos Salvado (em substituição de Pedro Luís Ribeiro Crisóstomo), Carlos Manuel Freire Antunes, Carla Sofia Massano Lopes de Carvalho, Maria José Sobreira Rafael, Francisco Manuel Pombo Lopes, João Filipe Dias Ribeiro, Paulo Jorge Vaz Ramos de Almeida, Joaquim Manuel Antunes Faustino (em substituição de Nuno Miguel Correia Maia), Miguel Gregório Barroso, Ernesto Candeias Martins, Miguel Fradique (em substituição de Maria do Carmo Almeida Nunes), Christelle Varanda Domingos, Ana Cristina Marques Lourenço, Carlos Simão Martins Mingacho, Daniel António Guerreiro Almeida, Maria Cristina Vicente Pires Granada, Armando Lopes Ramalho, Maria da Conceição Martins Pereira, Adelina Maria Machado Martins, Milena Cristina da Silva Marques Santos, José António Antunes Custódio, João Filipe Nunes Valente Neves, José Dias dos Santos Pires, José António Afonso Dâmaso, Pedro João Martins Serra, Maria de Fátima Alves Dias (em substituição de Jorge Manuel Ferreirinho Diogo), João José Louro Ramos, Sandra Maria Duarte



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Lucas Silva, Luís Manuel de Andrade, João Filipe Tavares Goulão, Celeste Nunes Rodrigues, José Carlos Ramos Dé, Severino Miguel da Conceição Vaz, António Manuel Falcão Antunes, João Miguel Teles Baltazar, Ernestina Gens da Conceição Batista Perquilhas, António Manuel Varanda Marcelino e Ana Sofia Santos Ramos Pereira.

MEMBROS AUSENTES À SESSÃO

Pedro Luís Ribeiro Crisóstomo, Nuno Miguel Correia Maia, Maria do Carmo Almeida Nunes, Jorge Manuel Ferreirinho Diogo.

JUSTIFICAÇÃO DE FALTA

Pedro Luís Ribeiro Crisóstomo, Nuno Miguel Correia Maia, Maria do Carmo Almeida Nunes e Jorge Manuel Ferreirinho Diogo.

I – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

1. Prestação de informações que à Mesa cumpra produzir.

Presidente da Assembleia Municipal - Damos início à sessão da Assembleia Municipal convocada de acordo com o Regimento, em vigor e com a Lei n.º 75/2013. Para além do edital/convocatória, houve a publicação nas redes sociais oficiais do Município e também publicitação no jornal Reconquista e Gazeta do Interior.

Cumprimento o Senhor Presidente da Câmara Municipal os Senhores e Senhoras Vereadoras do Executivo Municipal, caras Deputadas e Deputados Municipais, Presidentes das Juntas e das Uniões de Freguesia do Concelho, Municípes aqui presentes e remotamente, através das redes sociais, dirigentes e funcionários municipais e comunicação social.

Em nome da Mesa, no início da Sessão, apresento, a todos, uma saudação, com estima e consideração e formulo o desejo de um bom trabalho para todos.

2. Aprovação da ata:

Ata n.º 5/2022 referente à sessão de 29 de abril de 2022.

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar a ata n.º 5/2022, referente à sessão de 29 de abril de 2022.

3. Intervenções.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Ernesto Candeias Martins (MPT) – A minha intervenção tem a ver com 3 questões que preocupam os cidadãos e a região:

1- Construção do IC31, que ligará Portugal e Espanha através das Termas de Monfortinho, com uma relevância estratégica para Portugal e Espanha – Região da Extremadura, cuja obra se insere no Plano Nacional de Investimentos, Programa Nacional para a Coesão Territorial ao dispor de investimentos públicos para fomentar a economia no interior, reforçando a mobilidade e aumentando a coesão nos territórios de fronteira (zona da Raia) e, igualmente previsto na Estratégia Comum de Desenvolvimento Transfronteiriço-ECDT (2020 – Cimeira da Guarda entre os governos de Portugal/Espanha), onde se indica os planos para as ligações rodoviárias, entre outras: Moraleja-Monfortinho-Castelo Branco - união da EX-A1 com a A23. Prevê-se que IC31 tenha um investimento calculado cerca de 45 milhões de euros e a Sr. Ministra da Coesão Territorial, Ana Abrunhosa tem afirmado na imprensa que em 2022 se realizava a execução dos projetos da obra, com respetivo estudo de impacto ambiental e expropriações, prevendo-se a sua concretização até 2026.

A minha interpelação Sr. Presidente da Câmara é a seguinte: Há já projeto? O Sr. Presidente já teve intervenções públicas (imprensa local e reuniões) conhece esse Projeto, teve oportunidade de participar nessa discussão? Interpelará o Governo sobre situação do IC31 em relação a essa execução imediata tal como tinha anunciado, assim como o início das obras? Sr. Presidente da Câmara os cidadãos urgem por terem no interior, melhores condições e investimentos que possam atenuar a falta de progresso e desenvolvimento, as dificultadas da interioridade.

2- Urge Plano de Emergência e Ação Estratégica sobre a Gestão Recursos Hídricos/Água ou Linhas de Água e da Poupança da Água no Concelho perante a escassez/sequia atual.

É do seu conhecimento que há diretivas do Parlamento Europeu e do seu Conselho (Lei nº 58/2005, de 29 de dezembro -Lei da Água) com o objetivo ambiental de alcançar um ‘*Bom Estado*’ das águas de superfície), associada à Lei de Bases da Política do Ambiente (Lei nº 19/2014, de 14 de abril) que dá prioridade estratégica à Gestão da Água e do Ambiente “*a proteção e a gestão dos recursos hídricos*”, com imperativo garantir a qualidade ecológica.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Senhor Presidente já várias vezes o interpelei sobre este problema que é uma prioridade para Concelho, agravado agora com a escassez/sequia atual. Entre os diversos instrumentos previstos na ação deste tema, os Planos de Gestão das Linhas de Água e zonas envolventes devem definir as medidas de proteção, os problemas da sequia e a valorização dos recursos hídricos, contemplando ações como a conservação, a reabilitação e a renaturalização da rede hidrográfica do Concelho e, em especial dos rios e ribeiras (muitos deles secos ou falta de limpeza), a valorização paisagística e biodiversidade, de modo alcançar os objetivos essenciais ao bom estado ecológico e bom potencial das massas de água.

Senhor Presidente felicitei-o em junho nesta AM da medida tomada, não muito efetiva na prática, da Reutilização de Águas Residuais Tratadas, destinadas à rega de Espaços Verdes (exige-se um Plano mais eficiente e abrangente), mas falta uma Carta de Água (cartografia) do Concelho para a década, do estado dos nossos recursos hídricos para garantir a sua disponibilidade para a população e minimizar o impacto dos efeitos negativos das prolongadas escassezes/sequias e, ainda, a existência de mecanismos de diagnóstico contínuos destas e outras situações sobre a Água e Resíduos, de modo a aplicar-se medidas urgentes e assegurar a transparência e participação pública.

Mas Senhor. Presidente pergunto:

Há algum Relatório (Diagnóstico e Caracterização da Rede Hidrográfica Municipal) que compile os resultados de diagnóstico atual dos recursos disponíveis e do processo de participação pública sobre este problema da água neste período de escassez e sequia?

Está previsto um Plano Emergência e de Ação perante esta situação escassez/sequia que atravessamos? Metodologicamente realização deste Plano deve adotar práticas planeamento Estratégico da Gestão sustentável dos Recursos Hídricos e Reabilitação Linhas de Água. Somos a favor de um conceito de Território da Água (Da Gardunha à Sarzedas e Stº André das Tojeiras) no reforço mecanismos de monitorização com Plano Diretor Municipal, contemplando diretrizes delineadas sobre a água e ao uso de energias renováveis.

3-Urge Plano de Eficiência Energética Municipal perante a situação em que vivemos.

A necessidade deste instrumento de ação assente no desenvolvimento sustentável deve mitigar os efeitos provocados pela crise energética atual e, por outro lado, lançar um 'Manual de Boas Práticas' de 'Poupança de Energia nos Cidadãos'. As ações de proximidade e de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

sensibilização junto dos agentes económicos, apelando à poupança energética, com a colaboração direta o tecido empresarial e/ou comercial é necessário. Sr. Presidente aproximamo-nos da época Natalícia e perguntamos se tem Plano de Emergência Energética (e Mitigação) que preveja: Procedimentos na iluminação pública (substituição lâmpadas led nas Freguesias) e semaforização; ‘Certificação Energética’ dos edifícios públicos e implementação de um sistema de gestão central para aquecimento dos espaços públicos e, ainda coletores solares onde é necessária água quente sanitária; Desligar a luz ornamental nos espaços públicos e fontes públicas que recorram a energia elétrica a partir determinado horário; Recolha de resíduos sólidos e limpeza do espaço público feito com viaturas elétricas; Instalação de sistema de sustentabilidade hídrica nos edifícios municipais para redução do consumo de energia na água; Otimização e sistemas automatizados de controlo, de ajuste de níveis de iluminação excessivos e alteração de comportamentos dos utilizadores; etc.

Senhor Presidente estas questões e a sua urgência tem a ver com a poupança energética (gasto público) e de consciencialização dos cidadãos perante uma nova ‘economia’ e as mudanças ou crises climáticas que nos assolam. O Concelho deve ser mais autossuficiente no consumo.

Carlos Manuel Freire Antunes (PSD/CDS/PPM) – Gostava de dar os parabéns à Câmara pela ambição das metas que se propõem atingir. É, portanto, uma grande ambição. No entanto, não posso dar os parabéns ao plano de ação porque parece-me que faltam questões de fundo para se concretizar essa ambição. Facilmente se identificam os pontos em falta e se for do interesse do Executivo numa outra oportunidade porque aqui não tenho tempo para isso, poderei dar o meu contributo e explicar. Possivelmente uma questão que poderão vir aqui colocar, é se tenho experiência nessa área. Posso dizer que tenho experiência profissional na área ligada à indústria e que posso contribuir.

No entanto, hoje, posso identificar aqui duas áreas em falta, primeiro, é pedir o feedback de participação ao contributo dos albicastrenses, o que nos foi apresentado é no sentido, inequívoco, só passar a informação, comunicar, sensibilizar, na minha ótica falta o inverso, receber informação para que a população tenha um papel ativo também na construção e também no atingimento destas metas e destes objetivos. O segundo ponto

, é o plano de identificação e resolução atempada de condições inseguras.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Quando não é visível, o esforço na resolução das condições inseguras, não conseguimos motivar para a segurança. Só quando é visível o nosso esforço é que conseguimos motivar os outros.

Relacionado com estes pontos, participação dos cidadãos e a identificação de condições inseguras, gostava de falar aqui de um documento que chegou até mim.

Numa localidade do concelho, num ato de cidadania, um grupo significativo de habitantes fez um abaixo assinado a fim de alertar para um problema de segurança e pedir que seja encontrada uma solução. O problema é a insegurança que os peões sentem ao circular na estrada que atravessa a localidade, nomeadamente, a rua Infante Dom Henrique, em Cafede. E passo a citar pequenos trechos: “A insegurança que os peões sentem ao circular numa das principais artérias da localidade de Cafede, Rua Infante D. Henrique. Nesta rua os veículos motorizados circulam a grande velocidade. Não existem passeios, trata-se de uma rua onde existem moradias e paragem de autocarros da povoação”. “Numa localidade em que a povoação, infelizmente é de idade cada vez mais avançada com o natural impacto na redução dos sentidos de alerta para o risco de atropelamento que associado à menor capacidade de reflexos rápidos que minimizem esse risco, é uma preocupação de todos”. E continuando a citar, “estando certos que existem várias alternativas para eliminar este risco e são dados exemplos, solicitamos que sejam tomadas medidas consideradas mais oportunas.” Fim de citação.

Tendo este documento sido enviado da União de Freguesias, ao Senhor Presidente do Município de Castelo Branco, entre outros, gostava de colocar duas questões ao Executivo.

O que foi feito, ou vai ser feito em relação a este assunto?

Nota: É uma boa oportunidade para que os cidadãos sintam que o Executivo está empenhado na segurança.

E nas outras localidades do concelho?

Segundo alguns sites, temos 102 locais/lugares/localidades no concelho de Castelo Branco? Seguramente existem os mesmos riscos e o que pensa ser feito pelo Executivo neste sentido?

Só para terminar, para atingir as metas do Plano Municipal de Segurança Rodoviária que nos foi apresentado, temos que fazer diferente do que foi feito até hoje, caso contrário, vamos ter os resultados que tivemos até hoje.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Maria José Sobreira Rafael (S-MI) – Têm-se vivido tempos conturbados resultantes de um conjunto de desafios provocados pela pandemia aos que se somou os impactos da guerra, entre os quais o aumento substancial no preço dos produtos alimentares essenciais com aumentos acima dos 20% bem como os aumentos exponenciais da energia e que já deram origem a previsões potencialmente gravíssimas.

Este cenário vem agravar a situação já frágil de famílias carenciadas, que estando ainda a recuperar dos efeitos da pandemia da covid-19, têm agora que lidar com as consequências da guerra da Ucrânia e efeitos das alterações climáticas originando maiores impactos financeiros em contextos de desigualdades.

Esta crise é tridimensional, uma crise alimentar, energética e financeira e está a afetar as pessoas, nomeadamente os nossos munícipes. E, com certeza que haverá várias situações sinalizadas no nosso concelho.

Com a inflação a subir, tornando-se num peso muito grande para as famílias, o poder de compra e as perspectivas de crescimento das mesmas está a diminuir e por isso começam a fazer reduções. É premente ajudar as famílias mais carenciadas. O SEMPRE propõe a atribuição de um apoio financeiro a estas famílias de forma a poderem fazer face à inflação, dando uma vida digna aos seus descendentes e, em alguns casos, ascendentes.

E falando dos ascendentes, aos idosos que recebem baixíssimas pensões avizinham-se tempos de muita dificuldade. Em alguns casos, não podem pagar o Lar que lhes possa dar um fim de vida digno. Os seus filhos, em algumas situações, não conseguem ajudar os pais, pois têm os seus compromissos e gastos básicos, já agravados com a situação atual.

Muitos dos nossos idosos, já por si só vulneráveis, vivem por todo o Concelho em casas antigas, por vezes já dos seus antecedentes, algumas já degradadas e com isolamento deficiente. Têm gastos elevadíssimos de luz e gás, necessário ao aquecimento das suas casas. Despesas difíceis de suportar com os seus baixos rendimentos. Requerem ajuda para fazer face a estas despesas cujos valores poderão chegar a números insustentáveis face às míseras reformas.

Senhor Presidente, os idosos são uma fonte de sabedoria e experiência que influencia quem somos e quem aspiramos a ser. Todos nós temos o dever de zelar pelos cumprimentos dos direitos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

das pessoas idosas e garantir que vivem com dignidade. Aos casos perfeitamente sinalizados, consideramos que é imprescindível o pagamento das faturas da energia.

Com a incapacidade financeira para os idosos poderem estar num Lar, crianças com deficiência que não têm possibilidade de ser institucionalizadas e outras situações semelhantes, as famílias veem-se confrontadas com a necessidade de serem os próprios a cuidar dos seus familiares. Tarefa que requer tempo, pelo que, muitas vezes, têm de abandonar os seus empregos e transformar-se em cuidadores informais.

Recebem um subsídio da Segurança Social que não atinge o valor do ordenado mínimo e que terá de fazer face a todas as necessidades dos seus dependentes e obviamente às suas. Mais uma vez, em tempo de inflação e dificuldades financeiras, torna-se difícil assumir algumas das despesas que mais sofreram com a inflação: energia e alimentação.

Consideramos que, garantido o mínimo de qualidade de vida, é necessária a ajuda financeira aos cuidadores informais, reconhecidos pela Segurança Social, atribuindo um valor que propomos ser igual a 50% do subsídio auferido.

Há famílias a precisar de apoios e o SEMPRE - Movimento Independente está atento às dificuldades sócias económicas

Resumindo, e para que não nos percamos, é fundamental ajudar as famílias carenciadas nesta fase de recessão económica, é urgente contribuir no pagamento das despesas dos idosos mais desprotegidos e economicamente vulneráveis, é necessária, a nossa solidariedade com os cuidadores informais, devendo ser ajudados financeiramente.

A infeliz realidade é que muitas das famílias nestas condições não têm acesso sequer a recursos básicos necessários para uma vida com significado e dignidade.

Este é um “Pacote Social” proposto pelo SEMPRE que pretende mitigar as desigualdades sociais surgidas nestes últimos anos permitindo qualidade de vida e acesso aos bens básicos, respondendo às dificuldades das pessoas.

É necessário que nos comprometamos com esta causa.

E a nossa moção é a seguinte:

Moção C (S-MI)

Pacote de Medidas Sociais



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Considerando que:

O envelhecimento gradual da população do nosso concelho e empobrecimento socioeconómico, principalmente, devido à conjuntura que atravessamos, é uma realidade, o Sempre – Movimento Independente, considera ser fundamental, que a Câmara Municipal de Castelo Branco, implemente políticas socioeconómicas capazes de minimizar o isolamento, pobreza e exclusão social dos idosos de baixos recursos económicos residentes no nosso concelho, estimulando um envelhecimento ativo e criando condições de preservação da relação familiar e de integração social;

Considerando ainda o aumento dos preços devidos à inflação, designadamente, a subida mensal dos preços da eletricidade e gás e a instabilidade esperada para os próximos meses.

O Sempre – Movimento Independente e, porque, urge implementar medidas que mitiguem os efeitos do aumento da inflação, garantindo aos cidadãos do nosso concelho, afetados pela subida de preços a possibilidade de melhores condições para enfrentar a situação, propõe que a Assembleia Municipal de Castelo Branco, na sua reunião de 30 de setembro de 2022, delibere apelar ao executivo da Câmara Municipal para que desenvolva os procedimentos necessários com vista a:

- 1- Assumir a comparticipação de 15% do valor da faturação da eletricidade e gás, suportado pelas pessoas cujo o rendimento, seja igual ou inferior a 1,5 vezes o IAS (Indexante dos Apoios Sociais).
- 2- Apoiar todas as pessoas que careçam de apoio de Instituições de Apoio Social no Concelho de Castelo Branco, nomeadamente, através do pagamento mensal nas seguintes situações:
 - . Pessoa em residências para pessoas idosas – 100 euros
 - . Pessoa em Centro de Dia – 50 euros
 - . Pessoa a receber apoio domiciliário – 65 euros
- 3 - Apoiar os cuidadores informais, reconhecidos pela Segurança Social, residentes no concelho de Castelo Branco através de um subsídio mensal, corresponde a 50% do apoio concedido pela segurança social.

Obrigada.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

José Dias dos Santos Pires (Presidente da Junta de Freguesia de Castelo Branco) – Antes de iniciar a minha intervenção, quero dizer que é bom debatermo-nos ou utilizarmos aqui este espaço para um debate fundamentado sobre estas questões, nomeadamente, esta que acabou agora de ser fundamentada pelo Grupo Municipal do S-MI que tem a ver com os apoios sociais, com os critérios e os desafios que às autarquias são colocados com as questões de apoio social aos nossos concidadãos.

O Estado local, cujo rosto são as autarquias sabe muito bem que a diversidade, o dinamismo, a capacidade de intervenção das organizações da sociedade civil, assim como, o grau de compromisso e envolvimento dos cidadãos e cidadãs, são fatores primordiais que permitem medir a maturidade e o bom funcionamento de uma comunidade.

A preocupação e a capacidade de gerar e gerir a conjugação dos apoios sociais numa comunidade são, para as autarquias, parte fundamental na transformação das realidades locais. Contudo, isso implica conhecer a comunidade; fazer uma articulação entre instituições e associações; sistematizar informação das necessidades; sinalizar situações de pobreza e exclusão social; fazer o acompanhamento social dessas situações; ajudar os indivíduos ou famílias em situações de emergência social; ter um papel de intervenção junto da comunidade em prol de uma cidadania mais ativa; consciencializar os indivíduos ou famílias dos seus problemas e, naturalmente, realizar ou promover, junto das estruturas comunitárias, um acompanhamento técnico que promova as condições para que, de forma conjugada e próxima, as associações e organizações comunitárias sejam capazes de contribuir para resolver ou atenuar situações problemáticas coletivas e necessidades individuais.

Ou seja: partir de uma visão micro em função de uma visão macro.

O trabalho social autárquico terá verdadeira dimensão estratégica quando a sua intervenção consiga ser, bem mais que assistencialista, uma área de prevenção que, bem articulada com outros mecanismos de intervenção e organismos interventores, se possa vir a tornar numa das mais importantes dinâmicas do âmbito individual e social de uma comunidade.

O trabalho social autárquico não pode, nem deve, gerar uma prática assistencialista redutora, caritativa e nominativa. A intervenção e os apoios sociais podem, e devem, ser dirigidos ao indivíduo no seu enquadramento comunitário e que deles precisam, mas nunca ao seu nome, porque, neste particular, importa manter a dignidade de quem deles vier a usufruir.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Devem as autarquias gerar a individualização nominativa e pública dos apoios ou antes suscitar e apoiar a intervenção das estruturas comunitárias que conhecem e diariamente lidam e enfrentam as problemáticas?

A resposta é óbvia da segunda vertente e limita, assim, o facilitismo de propósitos e propostas que só na aparência são geradores de igualitarismo, quando, de facto, podem propiciar práticas assistencialistas redutoras, caritativas e nominativas que as autarquias, de acordo com a sua missão, se devem obrigar a que não aconteçam.

Importa não esquecer que nas transferências de competências do Estado central para as autarquias, que também são Estado, não se pode cair na tentação de fomentar sobreposições inconsequentes que possam menorizar a iniciativa da cidadania e promover o estrangulamento do sentido da vizinhança e da proximidade geradora de apoio social onde a dignidade individual deve ser mantida.

Na verdade, para além das suas obrigações de apoio financeiro concreto, o grande desafio das autarquias, a nível local, será sempre o mobilizar os cidadãos, valorizar o voluntariado associativo e a ideia da responsabilidade social das organizações da sociedade civil, coordenar esforços e competências e criando ambientes propícios à cooperação entre agentes locais de transformação.

Há neste particular, mas fundamental capítulo de intervenção comunitária, um conjunto de obrigações institucionais e associativas que tanto os decisores autárquicos como os dirigentes associativos não devemos descuidar:

- Conhecimento e informação
- Visão e definição estratégica
- Promoção da ação
- Sustentabilidade operacional
- Respeito pela dignidade individual

Aproxima-se a passos largos o princípio de um novo ano civil e económico. Preparam-se novos Planos de Atividades e Orçamentos institucionais, organizacionais e associativos.

Esperemos que em todos eles não seja possível dissociar a capacidade da vontade.

É a sua influência recíproca que desencadeia e justifica a longevidade das trajetórias autárquicas e associativas e os apoios sociais que podem vir a gerar e a gerir.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Desejamos que quem decide sobre os apoios também o saiba. Estamos confiantes que o farão. Todos ganharemos com isso.

Trabalho e apoio social, sim; assistencialismo redutor, caritativo e nominativo, nunca.

João Filipe Dias Ribeiro (CHEGA) – O tema que vou trazer aqui, penso que não podemos contorná-lo, é a segurança ou a insegurança no nosso concelho.

Não vai longe o tempo em que considerávamos que Castelo Branco era uma aldeia em ponto grande no bom sentido da expressão, quando as crianças podiam andar livremente pela cidade, podíamos ir beber um copo descansados com os nossos amigos e não havia problema nenhum.

Em primeiro lugar, deixo aqui a minha palavra de agradecimento e apoio à PSP de Castelo Branco, na pessoa do Senhor Comandante Rafael Marques que recentemente foi reconduzido por mais três anos no cargo. Mas ressalvo a preocupação recente que saiu no jornal da nossa terra, da falta de recursos humanos e o apelo ao Senhor Presidente da Câmara e a todos, dentro das nossas possibilidades de o ajudar com esse problema. No entanto, não podemos deixar passar em claro os acontecimentos recentes que nos deixam a todos com um arrepio na espinha e com aquela expressão de “em Castelo Branco?”. É com enorme espanto que vemos a comunicação social local, nacional a não fazer referência à etnia

do senhor que causou problemas naquela noite, uma situação de tiroteio. As notícias que vemos são a “família dificultou a ação da polícia” “a família é que o levou para o hospital”. Eu como pai de família, sinto-me ofendido ao usarem a família que é uma instituição sagrada, a instituição mais antiga como uma redoma para proteger crimes para com a autoridade, isto é inadmissível. Temos que ter a coragem, como o CHEGA tem a coragem de dizer qual é a etnia do senhor. O senhor é cigano. Temos um problema, primeiro temos que encarar o problema e saber que é um problema.

Muitos dos que aqui estão são pais também, tenho uma filha com dez anos e tenho que advertir que se encontrar um grupo de pessoas de etnia cigana à noite para ter algum cuidado acrescido. Eu quero que a minha filha ande a pé sozinha pela cidade. Porque é que em público escondemos estas situações? Penso em primeiro lugar, aceitar o problema para depois o podermos resolver.

Continuando na segurança ou insegurança. Já aqui foi falado, que é o caso dos atropelamentos na nossa cidade. Os atropelamentos na nossa cidade são constantes. Eu já ouvi,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

uma ideia informal das passadeiras deixarem de ser pintadas porque isso retirava a falsa segurança dos peões e também punha os condutores mais alerta. Também não vi nenhuma campanha de sensibilização nesse sentido. Quase todos os meses há atropelamentos. Existe este problema e temos que o resolver.

Outra preocupação é alguém que queira vir da zona industrial a pé, ali pela nacional 133, quem vem do canil para Castelo Branco tem que partilhar a estrada com os automóveis, não há maneira de vir a pé porque não há passeio.

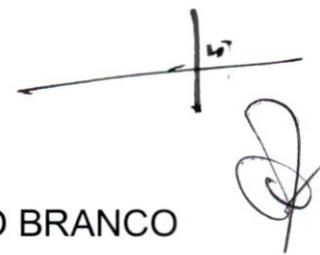
Por último, e não menos importante, também é comum vermos na nossa cidade pessoas com mobilidade reduzida a terem que utilizar a estrada na via pública porque o passeio está intransitável para andar de cadeira de rodas. Penso que temos que ter atenção a estes pormenores da segurança porque a segurança é um bem muito valioso e só lhe damos valor quando o perdemos.

Miguel Gregório Barroso (PSD/CDS/PPM) – O governo do PS tem ao longo dos últimos anos depauperado o SNS. A verdade é que se os anúncios de milhões para tudo quanto é lado, no SNS não param de chegar, não é menos verdade que as pessoas no seu dia a dia quando precisam de contactar o SNS, sentem na pele a dificuldade do acesso aos serviços de Saúde.

De resto, se dúvidas houvesse em relação à incapacidade do Governo de resolver os problemas, a demissão da Senhora da Ministra da Saúde esclarece qualquer pessoa.

Esse depauperamento do SNS a nível nacional encontra também a expressão aqui no concelho de Castelo Branco. Nós tivemos acerca do último ano, momento em que todos fomos eleitos para estas funções, confrontados com algumas notícias da comunicação social que deixavam claro a incapacidade de responder às necessidades locais, do concelho de Castelo Branco, mas também de alguns concelhos limítrofes que utilizam o Hospital de Castelo Branco, o Hospital Amato Lusitano como o seu hospital de referência.

Em 2021, no dia 27/10, dizia a comunicação social que “o hospital de Castelo Branco precisa de mais quarenta e quatro médicos para funcionar adequadamente”. Dizia-se também “que atualmente tem cerca de 36 médicos tarefeiros no serviço de urgência”. Na mesma altura, o observador dizia também que “o hospital de Castelo Branco contratou 19 médicos desde 2019, mas perdeu 18”. O saldo é de um médico.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Entretanto, passou-se um ano, é público que o SNS continua num processo de degradação que entristece aqueles que entendem a prestação de cuidados de saúde como fundamental para o desenvolvimento do país e da região, em concreto, e mais uma vez somos confrontados com notícias que dão conta de que em Castelo Branco, o hospital tem apenas um obstetra e diz, inclusivamente, o Presidente da Secção Centro da Ordem dos médicos que se nada for feito não tenho dúvidas que o sistema colapsa.

Diz também essa notícia que o Presidente da Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, esse único médico já tem sessenta e cinco anos.

Senhor Presidente, permita-me perguntar-lhe, neste ano em que está em funções e tendo em conta este retrato do SNS que é da Comunicação Social, mas que é sentido na pele por muitos albicastrenses, o que é que o Executivo, o Senhor Presidente da Câmara, em concreto tem feito para resolver este problema para conseguir atrair médicos para o concelho de Castelo Branco? Que diligências tem adotado? Que contatos tem feito junto do governo do seu partido para resolver este problema? O que é que tenciona fazer? Quais são as reivindicações do poder político de Castelo Branco para resolver o problema da Saúde e para garantir que nos próximos anos não vamos ficar sem resposta de Saúde.

Sabe, no PSD, não temos preconceitos ideológicos. No PSD entendemos que as pessoas têm direito e devem ter acesso aos cuidados de Saúde e se o SNS não dá resposta, então temos que encontrar uma solução na resposta do sistema privado ou das IPSS como já aqui hoje foi referido.

Senhor Presidente, confronto-o com esta questão. O que é que tem feito para resolver o problema da Saúde e para tranquilizar os albicastrenses nesta matéria?

Paulo Jorge Ramos de Almeida (S-MI) – Dei conta que o município, publicitou e desenvolveu várias iniciativas no âmbito das Semana Europeia da Mobilidade, situação para a qual quero felicitar o nosso executivo.

De entre estas iniciativas escolhi estar presente numa, para a qual recebi um amável convite do Gabinete de apoio à presidência. Refiro-me à apresentação do Plano Municipal de Segurança Rodoviária (PMSR).

Trata-se de uma matéria que me preocupa, e achei excelente esta iniciativa, ainda por cima iria contar com a presença da Dr^a. Patrícia Gaspar, a famosa Secretária de Estado do algoritmo.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Para além da comunicação institucional do Senhor Presidente da Câmara e de Senhora Secretária de Estado (com conteúdos interessantes e visionários), coube a um consultor efetuar uma apresentação de 33 slides dos quais mais de metade eram dados que caracterizavam a sinistralidade no nosso concelho. Quase no final aparecem as metas para 2025 e 2030 e um conjunto de chamadas “ações propostas”, sem calendarização nem medidas concretas para levar a cabo as mesmas.

Fiquei um pouco dececionado com a apresentação, porque aquilo não me parecia propriamente um PLANO, mas admiti que a mesma fosse apenas um sumário de um plano onde constariam todas as medidas devidamente calendarizadas.

Na sequência deste pensamento, no dia seguinte decidi pedir por mail aos serviços todos os documentos públicos sobre este PMSR.

Três dias depois recebo a resposta num mail onde o Senhor e vice-presidente escreve o seguinte: “Na sequência da solicitação relacionada com o Plano Municipal de Segurança Rodoviária informa-se que apenas foi apresentado o diagnóstico do PMSR...”

Interpretando as informações que me foram remetidas, só posso concluir que fomos convidados para apresentação de um documento, que afinal não existe, ou seja fomos convidados para a apresentação de um PLANO DE AÇÃO e apresentam-nos um DIAGNÓSTICO...senti-me enganado.

A que se deve esta situação? Um erro de comunicação? Falta de rigor? Se o PMSR não foi apresentado no passado dia 16, quando se prevê afinal apresentar o PMSR?

E deixo mais duas perguntas:

- 1ª A primeira tem a ver com a visão do executivo para este tema. O consultor referiu que devido ao avanço tecnológico das viaturas e ao nível atual de segurança das vias, o caminho que devemos seguir para reduzir a sinistralidade viária é “RETIRAR O MÁXIMO DE AUTOMOVEIS DAS RUAS/ESTRADAS”. É esta também a visão do município?

- 2ª Finalmente refere o senhor vice-presidente, na informação que me chegou, que “...importa referir que este Plano ainda vai receber contributos do grupo de trabalho mais restrito (forças de segurança, proteção civil, bombeiros...reticenc), posteriormente será publicitado na página do município para eventuais contributos da comunidade”... será que desta vez as ideias dos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

representantes de 31,65% dos cidadãos vão poder ser integradas, ou aqui também vamos continuar a ter as tais linhas vermelhas?

Muito Obrigado.

Joaquim Manuel Faustino (PS) – Cabe-me a mim, não falar de planos ou de diagnósticos de planos ou de retórica, por acaso a retórica hoje não veio de quem esperava. Para falar de ação peço-vos que retenham estas três datas, 8 de julho, 6 de setembro e 1 de outubro. Em 8 de julho, em Setúbal a APM – Associação de Professores de Matemática, fez o encontro de professores de matemática, tal como já foi feito nesta cidade em 2018, temos o anfitrião entre nós, foi feito na Amato Lusitano, o Executivo associou-se também e desta vez foi em Setúbal. Coube ao núcleo regional da APM de Castelo Branco fazer uma agenda e esta agenda para que os outros grupos e veja que também temos preocupações comuns, tem na contracapa uma foto do castelo de Castelo Branco, na capa uma foto do Barrocal. Depois ao folhear pode-se ver que mês a mês existe uma fotografia de um momento, de uma tradição de um sítio de Castelo Branco. Soube ontem à tarde que a agenda está esgotada. A APM está a equacionar fazer uma segunda edição e isto é um excelente veículo de projeção da cidade de Castelo Branco. Neste encontro nacional estávamos à espera de trezentos e tal professores de todo o continente, das ilhas, países africanos. Eu diria que nesta agenda podem encontrar no seu interior fotos do Barrocal, do castelo, como já disse, do Museu Cargaleiro, do Parque dos Loureiros, da Viola Beiroa, enfim e, depois, está associado um desafio matemático acessível a todos os níveis. É claro que é uma agenda escolar, é mais para professores e não só, quando mostrei isto à minha sogra que tem 82 anos disse “tem aqui os bordados de Castelo Branco e as receitas dos borrachões”.

Portanto, isto é promover Castelo Branco. Eu vim à Câmara com um colega para apresentarmos este projeto e a Câmara abriu-nos as portas e disse-nos que sim, era para o bem de Castelo Branco.

No dia 8 de julho no Politécnico de Setúbal, no dia 6 de setembro foi em Castelo Branco, houve a abertura do início do ano letivo e fomos brindados com a presença do Senhor Ministro da Educação com uma palestra do colega Adelino Calado que testemunhou o que é uma liderança de uma escola forte, muitas vezes perseguida pela tutela e que conseguiu transformar uma escola de insucesso numa escola de sucesso, testemunhou e isso é que é necessário. Depois também fomos brindados pela parte Câmara com a apresentação de coisas importantes, e neste sentido, interceta-se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

com aquilo que já foi aqui falado do apoio social, quer a escola a tempo inteiro, quer o programa das refeições, etc.

Finalmente, falando no dia 1 de outubro, vai se realizar o Festival Rock Remember, começa na parte da tarde, juntam-se gerações e irão ver bandas como os Cometas Negros, Vampiros, Contraponto, etc.

Por tudo isto agradeço à Câmara Municipal.

Armando Lopes Ramalho (S-MI) - Desde o início do nosso mandato na Assembleia Municipal de Castelo Branco que temos detetado e alertado para alguma falta de rigor por parte do executivo socialista na documentação e propostas que coloca à apreciação deste Órgão, nomeadamente, nas propostas de documentos previsionais para o ano de 2022 e nas respetivas Alterações Orçamentais Modificativas.

Verificamos com alguma preocupação que ultimamente esta situação se tem vindo a agravar, denotando falta de zelo e, no nosso entendimento, algum desrespeito por esta Assembleia. De facto, verifica-se que o executivo socialista ao invés de tentar enquadrar a sua ação no respeito pelos regulamentos aprovados pela Assembleia Municipal, opta pela via mais fácil de suspensão de artigos avulso, por manifesta falta de cuidado no enquadramento administrativo dos seus processos. Foi assim na proposta aprovada no âmbito do ponto 2 da reunião extraordinária do dia 11 de agosto de 2022, em que foram suspensos dois artigos do Regulamento de Apoio ao Associativismo quanto às Atividades Desportivas. É assim na Estrutura Nuclear e Organização da Câmara Municipal de Castelo Branco, que foi aprovada no âmbito do ponto 4 da reunião da Assembleia Municipal de 29 de abril de 2022, que foi publicada em Diário da República no dia 5 de julho de 2022, tendo entrado em vigor no dia seguinte, e cuja Estrutura Nuclear, o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco suspendeu a sua eficácia por duas vezes, sem ter consultado previamente este Órgão. Esta suspensão, que cria grande instabilidade nos serviços da Câmara Municipal, é da inteira responsabilidade do Executivo Socialista.

Face a estes factos, ficamos com dúvidas quanto à eficácia das propostas a aprovar, ou aprovadas, por este Órgão.

Maria Cristina Vicente Pires (PS) – Venho falar e aplaudir um sistema inovador de transportes coletivos que o Município de Castelo Branco e bem tem estado a implementar, um sistema de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

transportes públicos eficiente e flexível designado por MOBICAB, resulta numa comodidade para os albicastrenses.

Os tempos da racionalização dos recursos são um estímulo e um desafio à criatividade.

A implementação desta estratégia integrada de transporte a pedido, é uma solução engenhosa que associa sustentabilidade, preocupações ambientais, serviço público, poupança energética e qualidade de vida.

Os transportes coletivos representam hoje em dia, o meio mais racional no que respeita às deslocações humanas, associando rapidez, segurança e contenção nos custos, são igualmente um instrumento de rentabilização no que respeita à fatura energética, ao efeito poluidor e à regulação do tráfego automóvel no concelho e na cidade.

A Lisga e outras aldeias que não tinham carreira direta para Castelo Branco, passaram a contar com o serviço de transporte, a pedido, desde este verão. A MOBICAB é um transporte flexível coletivo no novo formato em que o passageiro reserva antecipadamente a sua viagem e recebe a informação no próprio dia se for a véspera dessa viagem conforme se lê no folheto, a divulgação é pública. Os custos da viagem são equiparados aos dos transportes públicos coletivos variando em função com a distância a percorrer. O cliente contacta o serviço e é informado da mesma forma. É então articulado o percurso, sendo o mesmo cliente, esperado na paragem deslocando-se para o local em função do itinerário.

Na semana Europeia da Mobilidade foi dada a visibilidade deste serviço com a presença de membros do Governo em demonstração de valorização dos projetos e ações realizadas em Castelo Branco. Foi também nesta semana de 16 a 22 de setembro que o Município aproveitou para sensibilizar os albicastrenses para questões inerentes à segurança rodoviária e contou com a participação ativa quer da PSP, ULS, Proteção Civil, Escuderia e de muitos albicastrenses a título individual que sentiram apelados por estas questões.

Por fim, foi entregue às escolas um jogo pedagógico denominado “Castelo Branco a Cidade Segura”.

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia e Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco por muita inovação que haja e muito trabalho que se mostre, haverá sempre



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

quem discorde, haverá sempre quem diga que não porque não, mas para nós, está de parabéns, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco, está de parabéns o Executivo eleito pelo PS pelo bom trabalho e fazemos votos que continue assim.

Christelle Varanda Domingos (PS) – As dificuldades que emanam do cenário geopolítico mundial e do aproximar de um grave contexto de crise financeiro e económico, exige dos decisores políticos, uma visão estratégica que tenha a capacidade de mitigar as dificuldades do seu tecido empresarial, ao mesmo tempo que seja uma força impulsionadora da economia local.

É por isso que as dificuldades do setor agroalimentar, já de si históricas e complexas, exigem respostas concretas e sustentáveis de apoio a um setor fundamental e tão preponderante para a nossa região.

É por isso premente que este município potencie a criação de parcerias de intercâmbio e cooperação transversal não só nacional, como internacional, fundamentais para a promoção do setor agroalimentar do território. A aposta na presença contínua em redes e eventos de montra internacionais, que suportado na singularidade e na qualidade dos seus agro-recursos e dos seus produtos, revelam-se essenciais, do ponto de vista estratégico e operacional, para a competitividade do tecido empresarial do setor num mercado que se quer global.

É por isso que a visão deste Executivo em afirmar Castelo Branco a nível nacional, ibérico e europeu, como um território líder no setor agroalimentar, tem exigido e potenciado ações cirúrgicas de grande impacto para o setor, através de um programa estruturado de intervenção de ações promocionais.

Exemplo disso foi a participação do município de Castelo Branco já com este Executivo, na Alimentaria Barcelona, uma das maiores feiras de alimentação da Europa, enquanto montra de produtores do concelho, estabelecendo contactos de relevo para possíveis oportunidades de negócio e para as ambições de exportação das suas empresas.

São ações como estas de marketing nacional e internacional, que permitem aumentar a visibilidade das empresas, dos produtos e do setor agroalimentar local e que potenciam o aumento do valor percebido dos nossos produtos pelos seus consumidores e compradores.

Não só, ciente da importância destas apostas, o Município liderou há duas semanas a organização de uma comitiva de produtores de queijo do concelho, para estarem presentes na 1ª edição da Feira Internacional del Queso organizado pela Diputación de Zamora, por onde passaram



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

mais de 30.000 visitantes e onde o balanço não poderia ser mais positivo, não só ao nível de vendas diretas, como no estabelecimento de contactos e divulgação das marcas e produtores do nosso concelho, como na projeção de Castelo Branco enquanto destino turístico cultural, potenciado através de um espetáculo musical da fadista Raquel Maria e de animação pelo Grupo de Teatro Vátão, mas também enquanto destino gastronómico através da dinamização de um showcooking com produtos locais.

É por isso necessário o estabelecimento de uma relação cada vez mais próxima, de troca de conhecimento e experiência, amistosa e produtiva, entre o nosso território e Espanha, em redes de cooperação transfronteiriça que permitam potenciar e alargar mercados preponderantes para a competitividade do nosso tecido empresarial.

E por fim, mas não menos importante, que estas ações lideradas por este executivo se mantenham em piso firme, criando reais oportunidades de projeção e negócio para o nosso tecido empresarial, e não as hipotecando com promessas infundadas e nunca concretizáveis de apoios, lesando seriamente a sua sustentabilidade financeira e das estruturas que lhe deram suporte.

Senhores empresários, senhores produtores, é agora a vós que me dirijo particularmente, transmitindo-vos confiança para os tempos que se aproximam, confiando na ação estratégica deste executivo e nas estruturas de apoio existentes no nosso território, que, numa ação concertada e em rede, e num trabalho tantas vezes minucioso e invisível, garantirão o suporte, a resiliência e a competitividade da nossa economia local.

Francisco Manuel Pombo Lopes (PS) – Antes de passar a uma curta apresentação da moção do PS, não posso deixar de referir breves notas sobre o que os Senhores Deputados disseram.

Começando pela segurança e insegurança, quer rodoviária, quer a nível das passadeiras, quer a nível da segurança policial, etc., em primeiro lugar, o PS apoia desde sempre a segurança, quer rodoviária, quer a segurança em geral dos cidadãos no âmbito das suas competências camarárias e no âmbito das suas competências executivas.

Quanto aos pormenores do teor racial e de teor, digamos, pouco democrático, vou-me escusar a tecer comentários. Cabe às autoridades exercer as suas funções, prevalecer em suas funções, agora não vamos alinhar em linhas demagógicas que nada contribuem para a democracia.

Por outro lado, quero aqui também salientar que se há partido que fez mais pela Saúde neste país foi o PS e convidava os Senhores Deputados a reverem a história dos nossos serviços da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Unidade Local de Saúde e, certamente, nos tempos da governação socialista essa Unidade Local de Saúde foi condignamente defendida.

Por outro lado, também quero chamar a atenção que o Plano de Segurança Rodoviária, não se pode fazer do dia para a noite. Foi um passo extremamente importante, o traçar deste plano quer para todos os cidadãos, quer para a autarquia trazer um plano e diagnosticar os problemas.

Passando muito rapidamente à moção para a construção da barragem do Barbaído, é sem dúvida uma medida muito positiva para o nosso concelho e que encara os problemas dos recursos hídricos no futuro e com a qual, não podemos deixar de ser alheios para uma medida positiva para o desenvolvimento sustentável, para as gerações futuras e não apenas para o momento em que vivemos.

MOÇÕES

Moção A (CHEGA)

Instalação da Bandeira de Portugal no Castelo de Castelo Branco

A identificação da nossa nacionalidade, o País onde pertencemos, a terra onde nascemos, a língua e sotaque que falamos são fatores fundamentais na definição da sociedade que queremos construir.

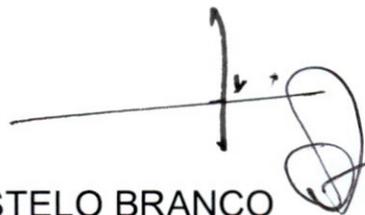
Aqueles que aqui vivem assim com aqueles que aqui escolhem viver, têm de saber que Portugal é uma nação com longos séculos de história, temos de honrar a nossa pátria, cada dia e fazê-la honrar pelos nossos descendentes.

O castelo da nossa bela cidade, Castelo Branco, é uma das imagens de marca, carregado de simbolismo, avistado ao longe quando nos aproximamos da cidade. A sua origem remonta à Ordem dos Templários do sec. XII. No entanto é com enorme estranheza que não vemos a bandeira da nossa pátria, hasteada no mesmo.

Desta forma, propomos a esta Assembleia a instalação no castelo, dos equipamentos assim como a bandeira de Portugal e do concelho de Castelo Branco.

Adelina Maria Machado Martins (PSD/CDS/PPM) – Vou passar a ler a Moção:

Moção B (PSD/CDS/PPM)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Programa de Apoio ao Comércio Local

A resseção económica causada pela pandemia de COVID-19 repercutiu-se de forma dramática no nosso comércio local tendo conduzido à falência de muitos dos nossos pequenos comerciantes.

No corrente ano com a economia europeia a desacelerar, os preços da energia a aumentar, o aumento das taxas de juro e os riscos geopolíticos decorrentes da guerra, é expectável que a inflação se mantenha alta, tendo como consequência o agravamento da queda no consumo que se deverá manter ou mesmo agravar no próximo ano.

No passado mês de agosto a taxa de inflação estimada pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) foi de 9%. Com este nível de inflação os pequenos comerciantes locais, são um grupo de empresários particularmente vulnerável que está a ser atingido de forma desproporcionada por esta crise, vendo os seus negócios ameaçados pela diminuição do consumo e pela quebra nos lucros e rentabilidade.

Em nosso entender não basta que se façam campanhas para sensibilizar os cidadãos da importância de comprarem no comércio local, são importantes, mas não chegam.

Social e economicamente é preciso mais, pelo que os eleitos pela coligação PSD/CDS/PPM desta Assembleia Municipal vêm propor que o Município de Castelo Branco crie e inclua já na proposta de orçamento para 2023, um programa de medidas de apoio ao comércio local do nosso concelho.

Ernesto Candeias Martins (MPT) – O Movimento Castelo Branco Merece Mais, no seu período eleitoral, no seu programa, sempre defendeu e aqui já nesta Assembleia tem alertado a Câmara e têm sido recetivas com um plano de emergência face àquilo que foi a pandemia, os resíduos da pandemia e agora aquilo que surgiu, como a questão da luz o gás que tem a ver muito com a guerra da Ucrânia. Por isso, desde sempre, e daí o nosso apoio a esta moção do comércio, àqueles que têm um polo de desenvolvimento que é o comércio local e, sobretudo, o comércio familiar vive com grandes dificuldades e, por isso, tudo o que o Senhor Presidente possa contribuir e sei que é sensível a fazê-lo, incluindo no próximo plano.

Votamos a favor esta medida.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Lembro mais, foi aqui falado até de bairros comerciais digitais, temos que avançar, ouvi aqui da bancada do PS, os nossos produtos. Eu apelei o Senhor Presidente, o caso do IC31 que é determinante na permuta e no intercâmbio com a região da Estremadura, portanto, temos que valorizar todos aqueles comércios ao nível das aldeias, das povoações em Castelo Branco ou de todo o concelho e isso é uma medida que tem que ser apoiada e com muita dignidade de quem ainda luta por manter o seu comércio e as suas empresas.

António Augusto Cabral Marques Fernandes (S-MI) – Eu pedi a palavra para tecer alguns comentários muito breves acerca das moções aqui apresentadas.

A primeira moção apresentada pelo PSD/CDS/PPM e também subscrita pelo MPT, nada a opor, penso que é prudente, relativamente, ao ano de 2023, o Executivo na preparação do Orçamento ter em conta aquilo que está a acontecer no país e no mundo, relativamente, às elevadas taxas de inflação e aos cuidados que devemos ter com esse facto e com a proteção que devemos dar aos albicastrenses.

Relativamente, à moção apresentada pelo CHEGA, enfim, nada a opor também, no sentido, de dar visibilidade à cidade de Castelo Branco, sugeríamos, contudo que o terceiro parágrafo fosse retirado da sua moção.

Relativamente, à moção apresentada pelo PS, enfim, sublinhei “idos anos 80”, foi nos anos 80 que tivemos o problema da falta de água em Castelo Branco, ainda aqui não residia, resido aqui há 25 anos e com muito gosto, mas enfim, conheço a história de Castelo Branco e conheço as dificuldades dos idos anos 80 que os albicastrenses tiveram no contexto, digamos que no uso da disponibilidade de água em Castelo Branco e, certamente, também em aldeias do concelho. Também dizem que isto para que não volte a acontecer, mesmo com o país em seca extrema, a Barragem de Santa Águeda manteve um nível de água cerca de 86%, isto são dados oficiais, são dados públicos e, portanto, penso que enfim não será por aí. Agora não tenho nada a opor também a esta moção, no sentido de valorizarmos a nossa região e, no sentido de aumentarmos ainda mais a disponibilidade de água através da construção desta barragem do Barbaído. A questão que fica aqui por responder naquilo que tive oportunidade de ler na moção, quem é que vai pagar efetivamente a construção da barragem do Barbaído. Se esta moção é nesse sentido, estamos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

completamente disponíveis, a forçar o poder central a pagar e não serem os albicastrenses a pagar a construção da barragem do Barbaído.

Relativamente à Barragem, o S-MI, enfim, hoje, em dia, a proteção de dados obriga a ter atenção com isto e, portanto, naturalmente, tem que ser acautelado por parte do Executivo.

Quero dizer que a maior Câmara do país, apresentou esta semana cinquenta milhões de euros para apoio solidário, digamos, aos seus munícipes. E, portanto, penso que é nestes bons exemplos que o município de Castelo Branco se deve também rever.

Faço um pedido ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal para interromper os trabalhos 5 minutos para que os grupos municipais possam conversar.

Francisco Pombo Lopes (PS) – Vou passar à apresentação da moção:

Moção D (PS)

Construção da Barragem do Barbaído

“A gravidade da seca em Portugal é realmente impressionante. Quando viajámos pelo país, foi realmente devastador ver como a paisagem está seca após estes muitos meses de seca”, afirmou David Boyd, numa conferência de imprensa realizada no Oceanário, numa conferência de imprensa realizada no oceanário de Lisboa” (Jornal de Notícias, 27 de setembro de 2022)

Todos temos consciência da importância da água e do que representa a escassez deste bem precioso. Esta é uma preocupação fundamental que implica a sobrevivência do Ser Humano e que tem de fazer parte das políticas públicas nacionais, regionais e locais.

Castelo branco não vive alheado deste problema. Muitos nos recordamos daquilo que a falta de água representou para Castelo Branco nos idos anos 80 do século passado. Não queremos voltar a esse passado onde era preciso esperar pela água nas torneiras, em determinados momentos, para que estas corressem. Acresce que o problema visível provocado pelas alterações climáticas agrava ainda mais a situação que vivemos no presente.

Assim, para que tal não volte a acontecer no concelho de Castelo Branco e em nome dos Albicastrenses, vem o PS propor à Assembleia Municipal de Castelo Branco que sejam desenvolvidos, pelo executivo em funções, todos os esforços junto das entidades competentes para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

que a construção da barragem do Barbaído seja uma realidade que permitirá o desenvolvido do nosso concelho”.

Francisco Pombo Lopes (PS) - Posto isto, o problema das alterações climáticas e do maior rigor na gestão dos recursos hídricos é premente e, atualmente é um problema que se deparam a todos os cidadãos, quer em Portugal, quer na maioria das localizações geográficas europeias e não só. Certos dessas consequências dessas alterações climáticas e não só, a necessidade de haver mecanismos, instrumentos, infraestruturas que promovam uma maior cautela e uma maior amplitude na resolução desse problema, é efetuada esta proposta.

Quanto às outras propostas, à semelhança daquilo que aqui foi feito pelo representante da bancada do S-MI também vou aqui tecer algumas considerações quanto às duas moções e remeto as outras para o meu colega de bancada Professor José Pires.

Quanto à moção apresentada pelo PSD/CDS/PPM, o PS e mais concretamente o Executivo que sempre esteve atento às necessidades do comércio local e concorda que essa é uma necessidade premente e vai com certeza também apoiar na próxima previsão orçamental, sejam contempladas medidas nesse sentido, obviamente, que concordamos.

Ernesto Candeias Martins (MPT) – Estou de acordo com a moção da barragem aqui apresentada pelo PS, mas depois mais à frente, posso dizer, este Executivo transitou um dos grandes marcos das eleições de 2022 para 2023, penso que estamos a perder algum tempo, sei que é exequível, mas vamos relembrar, estou de acordo, já devia ser e aqui não estou a falar da barragem do Alvito que é algo mais nacional, mais territorial.

Nós temos uma carta de água? Já alertei aqui para essa questão. Temos que ter um conceito mais definido do que é o território da água da Gardunha e até diria mais, Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santo André das Tojeiras, o que é o nosso concelho e os nossos limites.

Nós temos que reforçar mecanismos de monitorização e de alerta para os Planos Diretores Municipais que contemplam esta diretriz. Não podemos é falar de uma coisa isolada quando deve ser integrada. Eu falei aqui de um plano sustentável. Então os Planos Intermunicipais de Contingência nestes períodos alargados de seca, há uma lei de bases da política do ambiente de 2014 que tem vindo a dar uma grande prioridade de estratégica à questão da água, do ambiente e da proteção e gestão dos recursos hídricos, tem havido até por parte da Comissão Europeia uma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Europa mais verde, ipo-carbónica, quer dizer que o grande objetivo é a gestão sustentável de recursos hídricos. Temos que trabalhar desde o princípio, não podemos é de uma forma isolada... reparem que há vários planos de ação de sustentabilidade, sustentabilidade territorial, de património natural, de ação climática etc., por isso falei no princípio da minha intervenção, sobre o Plano de Ação, se a Câmara tem isso.

Estou de acordo, votarei a favor, mas alerta esta Câmara e estamos à espera que se discuta aqui na Assembleia Municipal, já desafiei todas as bancadas para estes problemas, mas temos que ter efetivamente algo mais racionalizado com uma Carta de Água e dos nossos recursos. Já alertei para a questão da limpeza, para as questões de retenção em açudes e minibarragens e tudo isso. Esta cartografia está por se fazer, Senhor Presidente. E é isso que queremos saber. Queremos saber, nesta década, quais são os nossos recursos, quer superficiais, quer em termos hídricos e em termos gerais.

João Filipe Ribeiro (CHEGA) – Já tive dois grupos a fazer referência à moção apresentada pelo CHEGA e propunha então a retirada do 3º. parágrafo para aprovação da mesma.

Relativamente às outras moções, o CHEGA é a favor de todas elas.

Presidente da Assembleia Municipal – Está, portanto, concluída a intervenção dos Senhores Deputados relativamente às moções. Vou então dar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para se referir às moções.

Presidente da Câmara Municipal – Quero apenas fazer aqui algumas referências e pedir algum esclarecimento, relativamente às moções que aqui foram apresentadas. A moção que aqui foi apresentada pelo CHEGA de acordo com aquilo que foi dito de uma forma genérica, no que diz respeito à moção apresentada pelo grupo parlamentar do PSD/CDS/PPM teremos a oportunidade de reunir acerca deste ponto e ver que proposta serão apresentadas e sugeridas pelo grupo parlamentar de modo a que possamos preparar o orçamento e também um plano de atividades para 2023, considerando aquilo que foi dito, também é uma preocupação nossa.

Relativamente à barragem do Barbaído, uma proposta de há muito tempo, é verdade, há muito tempo que se fala na Barragem do Barbaído, na sua importância para o presente, mas também para o futuro e lembro que este ano foi um ano particularmente, diria esclarecedor, relativamente, às condições da água, ou o acesso à água e também o usufruto dessa mesma água. Foi aqui referido o nível da barragem de Santa Águeda – Marateca, é verdade que a barragem tem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

um bom nível, mas também é verdade que o rio Ocesa está seco e definhou, não é garantido o caudal que deveria ser garantido, está completamente estrangulado, eu próprio já alertei a APA nesse sentido e o que é certo é que temos que fechar a torneira e fechar a torneira de um rio que é dos mais importantes do nosso concelho para que depois a água não falte na barragem e nas torneiras dos albicastrenses. Ainda não estamos a falar de regar cerca de dois mil hectares vai se lá saber porquê, ainda não estamos a falar disso e não estamos a falar também da qualidade da água da barragem e dos custos que o tratamento dessa água acarreta pela diminuição do volume da mesma e pelas consequências que essa diminuição tem, daí que a construção da barragem do Barbaído se afigura necessária, se afigura premente e o PS estará empenhado na sua construção.

Quanto à moção sobre o pacote de medidas sociais, gostava de perguntar à Professora Maria José se tem ideia de quanto é que custa? Era importante que tivesse feito essas contas porque vou-lhe dizer quanto é que custa. Custará por mês naquilo que diz respeito a pessoas em residências para pessoas idosas, oitenta e nove mil e setecentos euros. Custará por mês em Centro de Dia, treze mil euros e custará por mês a pessoas a receber em apoio domiciliário, trinta e cinco mil trezentos e sessenta euros, isto totaliza para o ano civil o valor de um milhão seiscentos e cinquenta e cinco mil, setecentos e vinte euros.

De acordo com os dados disponibilizados pelo site da Segurança Social e não estão aqui contemplados os valores com o cuidador informal e também não foi feita nenhuma proposta que acredito que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Juncal do Campo, gostaria que fosse feita, relativamente, aos valores a atribuir aos Centros de Noite.

Há poucos dias tivemos neste Salão Nobre uma reunião local de Ação Social em que avaliámos vários assuntos e tive a oportunidade de dizer aos Senhores e Senhoras Dirigentes das IPSS aqui presentes que a Câmara Municipal estava a estudar a possibilidade de atribuir um apoio extraordinário a essas mesmas IPSS. Curiosamente, passados três ou quatro dias esta proposta foi apresentada em reunião de Câmara. Acredito que tenha sido apenas uma coincidência, existem coincidências felizes, existem coincidências bastante felizes. Relativamente, a esta proposta, temos que perceber o caminho que seguimos e de que forma apoiamos aqueles que são os utentes das IPSS e de que forma também apoiamos essas mesmas IPSS. Infelizmente e felizmente, repito, ao longo deste ano, levamos quase um ano em exercício de funções têm sido frequentes as reuniões com Dirigentes de IPSS a solicitar apoio para obras, ou seja, para despesas de capital, mas também



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

a solicitar apoio para funcionamento. Tivemos a oportunidade de aqui apresentar uma proposta para deliberação no Executivo em que de forma muito veemente, o movimento que hoje apresenta esta proposta de apoios sociais votou contra porque não entendia que se pudesse atribuir apoios para o funcionamento de uma instituição. E, hoje, provavelmente, com maior incidência, amanhã teremos mais pedidos e teremos mais situações de dificuldade. Ainda hoje, tenho previsto receber os dirigentes do Centro de Noite do Louriçal do Campo e acredito que não será para me dizerem que têm um superavit e que têm todas as situações resolvidas. E a questão que coloco e o debate que entendo que era importante fazerem é o seguinte, a proposta apresentada é uma proposta de apoio a atribuir a utentes, ou seja, a pessoas institucionalizadas. Esta proposta destina-se a atribuir um apoio individual às pessoas que estão nos Centros de Dia, que usufruem dos serviços, ou do apoio domiciliário e àqueles que estão em estrutura residencial para pessoas idosas. E temos que refletir e decidir. Temos que refletir acerca daquilo que é a disponibilidade da Câmara Municipal para fazer apoio social, temos que decidir se é preferível apoiar as instituições e a sua sustentabilidade.

Estou a olhar para o Senhor Presidente da Junta de Freguesia dos Cebolais de Cima e Retaxo, ainda não há muito tempo que tivemos uma reunião no Lar dos Cebolais, onde foi solicitado um apoio urgente para uma intervenção nesse Lar porque essa intervenção é fundamental para a segurança e para o bem-estar desses utentes.

Também não há muitos dias, tive uma reunião com o Senhor Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Castelo Branco para com ele ver a possibilidade de atribuir um apoio para a requalificação da estrutura residencial para idosos. E a questão que coloco, é muito simples, o que é mais vantajoso para o concelho de Castelo Branco, para as famílias e para os utentes? Agora imaginem, vamos atribuir cem euros a um idoso que está institucionalizado numa estrutura residencial para idosos, mas não temos condições, por esta razão e não estou a falar de um milhão e seiscentos e cinquenta e seis mil, setecentos e vinte euros. Não temos condições depois para dar resposta às necessidades das instituições e a seguir fecham a porta como aliás, ainda há poucos dias também estive na freguesia de Santo André das Tojeiras, onde também me foi solicitado um apoio para a instituição e onde me foi dito que essa mesma Instituição corre o risco, em breve, de fechar as suas portas. Portanto, a questão que coloco é simples, é clara e é objetiva. Trata-se de apoios feitos pela Câmara Municipal e temos que decidir se atribuímos esses apoios às pessoas correndo o risco de um dia essas pessoas não terem lugar para estar ou se continuamos a fazer



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

aquilo que foi feito ao longo de muitos anos e foi sempre feito dessa maneira que foi apoiar as instituições naquilo que são as suas necessidades de melhorias de instalações e também de construção de instalações, mas também de funcionamento e ao apoiar as instituições, estamos a apoiar as pessoas que usufruem dos serviços das mesmas. Não há nenhuma dúvida que ao apoiarmos as instituições, estamos a apoiar as pessoas que frequentam essas mesmas instituições.

Ficamos preocupados com o estado das instituições do concelho de Castelo Branco e do país, porque este não é um problema só do Concelho de Castelo Branco, é um problema do País. Temos aumentos muito significativos na fatura da eletricidade, temos tido aumentos muito significativos na fatura da água e como sabem nos últimos meses o preço dos produtos alimentares têm subido também de forma bastante significativa. Já não falo dos encargos com o pessoal, o aumento do salário mínimo ainda assim, continua a ser um salário baixo, acarretam para a vida dessas mesmas instituições.

Cumpra a esta Assembleia Municipal decidir que caminho queremos seguir porque repito, o apoio às instituições é sem margem para dúvidas um apoio aos utentes dessas mesmas instituições. Ficamos à espera que fechem as portas e depois procuraremos que as famílias suportem essa responsabilidade e também essa quase incapacidade de ter as suas famílias nos seus lares, deixando por essa via de ir trabalhar. Estamos a falar, repito, de um milhão seiscentos e cinquenta e seis mil euros, de acordo com os dados dos utentes das estruturas residenciais e das IPSS do nosso concelho. Não estamos a colocar ainda o apoio ao cuidador informal. E mais, é que não é feita aqui nenhuma proposta para apoiar pessoas idosas carenciadas que estejam fora das IPSS, mas essas pessoas também não estão desprotegidas.

Queria fazer aqui uma referência àquilo que será a minha informação na resposta às questões colocadas.

Não há em Castelo Branco um estado de pobreza. Não existe em Castelo Branco, pessoas desprotegidas. Castelo Branco ao longo de muitos anos de forma discreta como nos compete, de forma quase silenciosa como é necessário fazer, tem através de várias instituições e dou o exemplo da Cáritas Paroquial, da Associação Quatro Corações e de outro conjunto de instituições que têm apoiado aqueles que têm carências e mesmo, em termos, de necessidades para fazer face a situações de emergência no que diz respeito, por exemplo, de faturas de eletricidade ou de água. A



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Câmara Municipal, através das suas instituições tem encontrado a forma necessária para dar resposta às situações mais críticas. Não estamos a falar de coisas de somenos, estamos a falar da viabilidade das instituições, daquilo que queremos para Castelo Branco no âmbito social, sendo que Castelo Branco e a verdade, seja dita, é um concelho onde a rede de instituições ligadas ao apoio social funciona bem, é completa e tem dado até ao momento resposta às necessidades daqueles que as procuram.

Faço esta intervenção porque há momentos em que temos que ser claros e em que temos que escolher o caminho. Está nas nossas mãos, Senhoras e Senhores Deputados Municipais escolher o caminho que queremos seguir.

Presidente da Assembleia Municipal – Vamos interromper momentaneamente esta sessão. São 11.22 horas, proponho que às 11.35 horas, impreterivelmente possamos recomeçar.

Posso informar também que de acordo com a Mesa, já decidimos, se os Grupos Municipais quiserem usar da palavra adicionalmente à intervenção do Senhor Presidente, vamos dar 2 minutos a cada Grupo Municipal para poderem usar da palavra.

Início dos Trabalhos

Votação das Moções

João Filipe Ribeiro (CHEGA) – Relativamente às moções do PS e do PSD/CDS/PPM, só uma ressalva, temos que ter em conta que o nosso Governo é Socialista e a Câmara também é socialista, cuidado com os estudos porque, normalmente, prolongam-se por muito tempo. Pode parecer piada, a proposta do PSD/CDS/PPM é no sentido de analisar, não é uma proposta concreta e por vezes perde-se o estudo e não se chega a conclusão nenhuma.

Relativamente, à barragem do Barbaído que também achamos importante pode acontecer exatamente o mesmo problema.

Relativamente à proposta do S-MI na nossa opinião, pode pecar por não abranger todos e a preocupação do Senhor Presidente da Câmara, compreendo-a, mas isso é o socialismo que vai reduzindo os recursos de uma tal maneira que depois temos que fazer escolhas, aliás os nossos idosos têm que escolher entre comer e ter medicamentos. Temos que apoiar as instituições e isso não pode falhar de maneira alguma, mas se as pessoas que estão institucionalizadas ficam



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

reduzidas ao apoio que vem dessa instituição, não tem nenhuma autonomia financeira. Este apoio que está a ser proposto, são para as pessoas, individualmente, terem um apoio para elas, pessoalmente, existem custos que não estão incluídos nas instituições.

O CHEGA vai votar a favor, com a ressalva que eventualmente há pessoas que deveriam estar incluídas nessa proposta e não estão, mas vamos votar essa proposta.

Adelina Maria Machado Martins (PSD/CDS/PPM) – Relativamente, ao Grupo Parlamentar do PSD/CDS/PPM, temos algumas ressalvas, relativamente, à proposta que foi apresentada pelo S-MI. Na verdade, também concordamos que quem deve ser apoiado fundamentalmente são as entidades e não as pessoas individualmente.

Relativamente ao ponto 1 e 3, enfim, estamos parcialmente de acordo, agora a questão que levantamos é: porquê 100 e não 150, porquê 80 e não 50? Não foram feitas quantificações, nem apresentados resultados, nem valores, embora o Senhor Presidente da Câmara tenha feito aqui uma apresentação que no nosso entender enquadrava a questão e está de acordo com aquilo que é a nossa opinião, ainda existe um problema, a operacionalização de tudo isto, é muito complexa e muito complicada, portanto, todos estamos de acordo que, efetivamente, seja através das instituições, mas através das instituições mediante um fundo que seja constituído e que assente num plano com critérios muito bem quantificados. Também o apoio individual às pessoas que não estão em instituições, deve continuar a ser dado.

Maria José Sobreira Rafael (S-MI) – Antes de mais, quero dar os parabéns, se me permite, pela facilidade com que fez as contas, um valor espetável, de facto é um valor que parece assustar, mas este é um pacote para as famílias e, portanto, não invalida de qualquer forma, da nossa parte e na nossa opinião que sejam apoiadas as instituições.

As instituições devem ser apoiadas e penso que até já estão a ser apoiadas pela Segurança Social, pelo Estado. Recebem apoio por essa parte. Nós devemos também apoiar e ajudar, isso não invalida que não possamos ajudar as famílias, os idosos, os cuidadores formais e informais de alguma forma, estamos dispostos a trabalhar com o Executivo nesse sentido, porquê 100? Porque não 150? Se tivéssemos colocado 150, porque não 100? É um valor, é um trabalho que foi feito, não tem um estudo, digamos, por base, mas sem dúvida que foi pensado e foi pensado de forma, ou com base nas percentagens da inflação que estamos a sofrer e que vamos sofrer. É óbvio, que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

se as instituições não são apoiadas podem fechar, é óbvio que se as pessoas não forem apoiadas, podem não poder colocar os idosos nos lares. Não fecha de uma maneira, fecha da outra.

O que pergunto, é se esse valor invalida algum projeto que a Câmara tenha, se não o tem para poder ajudar as famílias e poderia se ter pensado nisso quando se falou na devolução do IRS. Irá receber a Câmara, provavelmente, esse valor e numa situação destas estaríamos a ajudar os nossos municípios.

José Dias Pires (PS) – Sobre estas duas moções, faltava o PS dar a sua posição. Em relação ao CHEGA, a moção das bandeiras, vai passar a ficar conhecida pela moção das bandeiras no castelo. Votaremos a favor, até porque achamos, ao ler esta moção e já foi retirado aquele lapso dos incautos castelhanos, o que é bom, mas ao lermos a moção estamos a ver o livro do D. Duarte D'Armas com as bandeiras no castelo e, portanto, penso que é uma boa ideia, uma boa iniciativa com a qual acompanhamos e votamos a favor.

Em relação à moção do S-MI, se perceberam a minha intervenção e, perceberam certamente, a minha intervenção inicial que nem sequer foi combinada com nada, imaginava pelos recentes desenvolvimentos que o S-MI traria estas questões à Assembleia Municipal, mas confirma-se e agora com a intervenção última do S-MI nesta defesa final da sua moção e confirma-se aquilo que a minha própria intervenção de alguma maneira já tinha feito perceber, o que é que seria a posição do PS. Esta é uma moção do “provavelmente”, aliás foi aqui com esta palavra “provavelmente” que acabou a intervenção final do S-MI. Provavelmente, poderia ser outro valor, provavelmente, podia abarcar mais gente, provavelmente, uma quantidade de situações. Esta é uma moção, é aparentemente de boas intenções, mas tem falta de coerência interna e falta de coerência externa e vou explicar porquê. Em primeiro lugar, não reconhece que a Câmara Municipal de há muitos anos a esta parte e o S-MI sabe porque já foi poder, em outra a Câmara Municipal que há muitos anos a esta parte, tem tido uma estratégia de apoio social que tinha como critério principal respeitar a dignidade humana, significa respeitar o nome do indivíduo, significa não pôr as pessoas em questão, propriamente confrontadas com o apoio que, eventualmente, lhes pode ser dado de forma individual. E a Câmara Municipal, desde sempre, fez este trabalho de apoio social e continua a fazer. Tem um desenvolvimento estratégico que se opõe e se obriga a continuar a fazê-lo ao nível das instituições, ao nível das Associações e por isso é que esta proposta é frágil e dificulta a equidade dos potenciais beneficiários e, principalmente, não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

chama a atenção para aquilo que é fundamental, neste momento, que é conjugar o trabalho comunitário, associativo, institucional e autárquico no apoio social.

Esta moção faltou-lhe cuidado da sua preparação e, portanto, votaremos contra.

Votações das Moções

Moção A (CHEGA)

Instalação da Bandeira de Portugal no Castelo de Castelo Branco

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a respetiva moção.

Moção B (PSD/CDS/PPM)

Programa de Apoio ao Comércio Local

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a respetiva moção.

Moção C (S-MI)

Pacote de Medidas Sociais

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 14 votos a favor, 12 do S-MI e 2 do CHEGA, 19 votos contra 18 do PS e 1 do MPT e 4 abstenções do PSD, rejeitar a referida moção.

Moção D (PS)

Construção da Barragem do Barbaído

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a respetiva moção.

Presidente da Câmara Municipal – Vou tentar de forma sucinta, responder às questões que me foram colocadas e vou começar pelo Dr. Ernesto Candeias Martins que são objetivas e que procurarei responder da mesma forma.

O IC31, parece um sonho, ou melhor, há tanto tempo que falamos do IC31 que temos alguma dificuldade em acreditar que a sua construção se concretize. O que é certo, é que no final do ano passado, em 2021, houve por parte do Governo de Portugal a disponibilidade para finalmente, passar das palavras aos atos, assim, acreditamos através do lançamento do procedimento concursal para a execução do projeto do IC31. Já por diversas vezes aqui discutimos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

este assunto e dissemos que aquilo que está previsto, neste momento, é a construção de uma estrada com duas ou três faixas encurtando a distância, relativamente, a Espanha e permitindo melhorar as acessibilidades de Portugal a Espanha e de Espanha a Portugal. Também já dissemos em diferentes ocasiões que gostaríamos que este troço de estrada fosse com quatro faixas, dissemo-lo aqui, em jornais e tive também oportunidade de fazer numa conferência que teve lugar em Espanha promovida pelas Associações Empresariais, onde tive o prazer de participar e onde mais uma vez reafirmei a importância deste troço de estrada na nossa perspetiva ter o perfil de autoestrada. O que é certo, é que ainda não há abertura para termos uma estrada com perfil de autoestrada. Continuamos a conversar com Espanha e continuamos também a conversar com o Governo de Portugal no sentido de os sensibilizar para aquilo que consideramos importante. Mas, há uma coisa que quero deixar clara. Quando nos foi colocada a questão do IC31 e da elaboração do seu projeto e quando nos foi dado a escolher, ter aquilo que já aqui falei, ou não termos condições para irmos mais além, naturalmente, que disse, é preferível ter isto do que não ter nada. É preferível termos um projeto que enquadre uma via com três ou duas faixas com a possibilidade de mais tarde vir a alargar, ou continuarmos a utilizar a estrada que hoje serve Monfortinho que causa os constrangimentos e as dificuldades que nos causa e que tem dificultado em muito essas acessibilidades. É importante também pensar sobre o passado e o sonho do IC31 e o facto de até ao presente nunca se ter ido mais além do que apenas promessas, é verdade, feitas também pelo meu partido, é verdade, mas feitas também por outros partidos políticos que nunca tiveram a possibilidade de concretizar este projeto. Ele é importante para Castelo Branco, para o desenvolvimento regional e, inclusivamente, é importante para as regiões do litoral. Temos a certeza que terras como a Nazaré, a Figueira da Foz, Coimbra e regiões mais litorais, muito ganharão com a construção do IC31. Entre aquilo que é possível e aquilo que gostaríamos, acredito que também é importante estarmos de acordo com aquilo que é possível.

A questão da eletricidade, relativamente, ao Natal, já debatemos este assunto e já ponderamos termos ou não termos iluminação de Natal e decidimos que vamos ter iluminação de Natal e até reforçar algumas áreas da cidade, e fazemo-lo de forma consciente, no sentido, de também por essa via promovermos Castelo Branco e promovermos uma cidade e um concelho que são capitais do nosso distrito. Seguiremos em recomendações feitas pelo Governo de Portugal que fez uma recomendação, relativamente, em concreto, muito direcionada a esta questão e que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

decidiu, ou propôs que as iluminações de Natal estejam ligadas entre as dezoito horas e a meia noite. Tinha sido, precisamente, nesse sentido, feito o debate dentro do Executivo Socialista na Câmara Municipal e, portanto, será por aí que iremos atuar, no que diz respeito a esta mesma iluminação.

Estamos também a trabalhar para que a iluminação esteja totalmente assente na tecnologia LED de modo a reduzir o consumo e ao reduzi-lo se associe também uma diminuição dos custos no que diz respeito a essa mesma iluminação.

No que diz respeito às linhas de água, ainda nos últimos dias fizemos uma intervenção no rio Ocreza junto à ponte da EN quando passamos para o lado das Sarzedas, onde se fez uma intervenção com alguma profundidade cortando algumas árvores e muita vegetação que existia nas margens do rio e que por essa via, fica desimpedida e fica também melhorada a circulação da água.

Há um longo trabalho a fazer no que diz respeito água e aos usos da mesma. Posso-lhe garantir, dar-lhe aqui a minha garantia de honra que a Câmara Municipal e os SMAS de Castelo Branco não esquecem este assunto. Aliás, tivemos a necessidade de intervir ainda este mês numa ação de higiene da cidade. Há muitos meses que não chovia, há muito tempo que as ruas da cidade e algumas artérias mais significativas e mais frequentes com maior número de pessoas a frequentá-las precisavam de uma intervenção de limpeza e tivemos a parceria dos Bombeiros Voluntários de Castelo Branco e da dinâmica dos SMAS da nossa cidade e do nosso concelho para fazer essa intervenção. Fizemo-lo utilizando a água dos poços, abastecemos várias vezes num poço do Cansado, num poço da Quinta das Pedras, para limpeza aqui mesmo ao lado, junto ao Restaurante Kalifa e depois tivemos oportunidade, no âmbito, da semana da mobilidade, visitar numa caminhada muito participada e bastante importante, inúmeros poços e reservatórios de água que existem na cidade de Castelo Branco. Fizemo-lo também para conhecer, sensibilizar e ao mesmo tempo para mostrar que o uso da água, seja para a higiene urbana ou para rega pode ser feita para além da água tratada, podendo, portanto, utilizar os recursos que temos ao nosso dispor. E depois, ao despejarmos os poços acabamos por melhorar também aquilo que é o circuito subterrâneo da água e o acesso da água a esses reservatórios.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Mas, como lhe disse, Senhor Professor, ainda há um grande caminho a fazer, neste sentido, e acredito que no futuro dará bons frutos a Castelo Branco. Mas, também não quero ser demagogo, nem quero fazer aqui nenhuma promessa que não vamos cumprir. Estas situações não se resolvem de um dia para o outro. Fazer a higiene urbana, utilizando a água dos poços é, relativamente, simples, basta termos um veículo com capacidade para o fazer e termos recursos humanos para levarmos por diante, esse trabalho. Agora uma estratégia de utilização ou de reutilização de água das fontes ou dos poços e de reutilização de água tratada, é uma estratégia que carece, em primeiro lugar, de um projeto e depois de uma execução que não será simples, será morosa, mas vale a pena porque o que é importante é dar passos neste sentido.

Energia, temos hoje, e é notícia todos os dias, temos uma preocupação acrescida sobre isso. Os vários concursos levados a cabo pela Câmara Municipal para fornecimento de energia têm ficado vazios. O último teve propostas de duas empresas dentro daquilo que era o preço base proposto pela Câmara Municipal, a Endesa e a EDP. A EDP apresentou a melhor proposta, portanto, ficou em primeiro lugar nesse concurso. Seguindo os trâmites legais e da contratação pública, os serviços da Câmara Municipal contactaram a Endesa que nos respondeu passados alguns dias que não tem condições face ao aumento exponencial do preço da energia que não tem condições para assegurar esse fornecimento. Já notificamos o segundo classificado e estamos à espera que se pronuncie acerca disso e da sua disponibilidade para assinar o contrato. Fizemos também uma alteração e passamos o fornecimento da energia para iluminação pública do regime geral para os preços regulados. É também um caminho que estamos a desenvolver que nos garante pelo menos a previsibilidade, enquanto que no regime geral não temos nenhuma informação ou não podemos se quer, fazer projeções daquilo que é o preço da energia. No mercado regulado temos condições para saber qual o custo que temos de suportar. É uma área temática e uma área de intervenção importante, a cidade não pode ficar sem luz, os nossos edifícios têm que ter condições para que se trabalhe, as escolas, os edifícios da Câmara. É uma área de intervenção que no futuro as coisas podem melhorar bastante, mas neste momento acarreta alguma preocupação.

Quero dizer também que já está em desenvolvimento a construção de um parque solar em grandes dimensões, a seguir à estação de tratamento da EDP, penso que há também outros projetos que têm condições para a curto prazo entrar em funcionamento e Castelo Branco estará na



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

primeira linha da produção de energia limpa que irá melhorar os custos tão elevados com este recurso tão importante.

Senhor Deputado do PSD, Carlos Antunes, agradeço também as suas palavras e as questões que aqui colocou sobre o Plano de Ação de Prevenção Rodoviária e as questões que associa a essa temática.

O Plano de Ação da Prevenção Rodoviária como foi falado neste Salão Nobre, na presença da Senhora Secretária de Estado, está a dar os primeiros passos. Estamos a dar os primeiros passos, no sentido, de construir um plano que se foque na prevenção rodoviária. Foi apresentado o diagnóstico, foram apresentadas metas, obviamente, não foram calendarizadas essas mesmas metas e não foram porque o plano é muito bem e o desenvolvimento do plano, será feito com a colaboração das entidades e também das pessoas de Castelo Branco. Não quisemos trazer um plano fechado, feito num gabinete que ganhou este concurso e que até reconhecemos competências, mas que não olha de forma mais próxima, aqueles que são os intervenientes e aqueles que participam e se confrontam diariamente com as dificuldades associadas a esta mesma prevenção. Serão ouvidas as Forças de Segurança, a PSP, a GNR e os Bombeiros, serão chamados a apresentar propostas, de modo a que este plano responda àquilo que são as necessidades de Castelo Branco e as necessidades da Segurança Rodoviária em Castelo Branco.

Tenho conhecimento, Senhor Deputado, das questões colocadas pelos peões e pelos cidadãos da União de Freguesias de Cafede, relativamente, à estrada é à velocidade a que os veículos passam na estrada. Temos tido ao longo deste ano vários pedidos, inclusivamente, por alguns Presidentes de Junta de Freguesia, relativamente, a outras estradas que atravessam localidades e onde há necessidade de intervir. Ainda não conseguimos resolver estas questões, não são de hoje, são de há muitos anos, mas isto também nos não conforta. Precisamos de agir, precisamos também na cidade, onde as situações mais críticas, infelizmente têm acontecido, perceber onde estamos e para onde queremos ir, perceber se limitamos a velocidade de circulação dos veículos motorizados nas nossas ruas e estradas apenas com a sinalização. Porque se for apenas com a sinalização é um problema que se resolve facilmente. Se for apenas, colocar um limite de trinta quilómetros hora numa determinada via, isto resolve-se, facilmente, mas é isso que temos que perceber e é esse o caminho que temos que equacionar. Chega, fazer sinalização reduzindo a velocidade para trinta quilómetros hora? Ou temos que ter um tipo de intervenção



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

diferente e, eventualmente, porque não um tipo de intervenção física? Tenho-o dito muitas vezes, nas reuniões do Executivo e sei que no Executivo há elementos, há Vereadores que se opõem de forma clara e categórica a isto, mas tenho dito muitas vezes que não vejo nenhum problema, como Presidente da Câmara, não tenho nenhum problema em termos na cidade passadeiras desniveladas. Não é um ponto de vista pacífico, não é um ponto de vista e uma opinião pacífica, antes pelo contrário. Há quem esteja contra e há quem esteja a favor, mas aquilo que entendo é que devemos equacionar também este assunto, ponderá-lo e devemos até, porque não, equacionar alternativas. Os trinta quilómetros/hora, já tive oportunidade de dizer e observar, não resolvem todos os problemas, antes pelo contrário, portanto, temos que ter a coragem de excluir para tentar resolver esta situação. Repito-lhe, Senhor Deputado, que este assunto não está esquecido, antes pelo contrário, há 5 anos que sou confrontado com estas questões. A primeira vez, foi num caso muito concreto, numa anexa da Freguesia de Castelo Branco, onde esse problema também ainda não está resolvido e urge resolver, identificamo-nos com isso, conheço estas dificuldades, mais uma vez reporto aquilo que disse ao Senhor Deputado do MPT, não conseguimos resolver isto de um dia para o outro, temos um longo caminho para fazer, por exemplo, na sinalização com a utilização de led, ou de energia renovável, um conjunto de situações que é necessário intervir.

A Senhora Deputada, Maria José Rafael, fez uma intervenção sobre um assunto que já aqui foi referido, também na intervenção que fiz antes, acabei por dar resposta àquilo que foram as solicitações que também vai muito ao encontro da intervenção do Senhor Deputado do PS, José Pires.

Senhor Deputado João Ribeiro, volta a colocar aqui algumas questões sobre a segurança. As questões de segurança preocupam todos os cidadãos e preocupam como não podia deixar de ser, o Senhor Presidente da Câmara. Sempre tivemos problemas de Segurança, têm ocorrido situações preocupantes, não podemos ter agentes da PSP e GNR atrás de cada cidadão, isso não seria desejável, nem seria possível, nem seria democraticamente responsável. Aquilo que temos que fazer, é criar as condições para que estes acontecimentos ocorram com menos frequência, simplesmente, deixem de ocorrer e dizer também que esta semana reuni com o Comandante e com o 2º. Comandante da PSP com quem tive a oportunidade de debater alguns assuntos da vida da cidade, nomeadamente, a questão do trânsito, mas também a questão da segurança, foi uma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

reunião que considero importante e que nos abre aqui também algumas possibilidades, relativamente, às passadeiras e aos acidentes nas passadeiras.

Deputado Miguel Barroso, ainda bem que temos um SNS que foi na altura uma conquista extraordinária e continua a ser um dos pilares mais fortes da nossa vida em comunidade. É também uma das áreas de intervenção do Governo que mais dinheiro custa ao erário público e que mais dificuldades coloca, neste caso, no que diz respeito às questões do pessoal. É conhecido de todos, as dificuldades das Unidades Locais de Saúde e dos Hospitais, conseguirem trazer para os seus quadros médicos. Se virmos os concursos, relativamente, a profissionais de Saúde, verificamos que ficam sem concorrentes no concelho de Castelo Branco, mas também nos outros concelhos do nosso distrito e também nas regiões do litoral. Ainda não tivemos, felizmente notícia de nenhum serviço da ULS sobre o encerramento de serviços. Aquilo que sabemos, é que há médicos que preferem ser tarefeiros do que estarem integrados nos quadros no SNS. É um assunto que não cabe naturalmente à Câmara Municipal, é um assunto nacional e que acredito que preocupe muito o Senhor Primeiro Ministro e o Senhor Ministro da Saúde.

Temos conversado com quem de respeito, mas não lhe posso dizer que me tenham prometido resolver isto porque verdadeiramente ninguém tem uma resposta de resolução para um problema

com a dimensão que tem. Temos médicos para suprir as vagas e para dar resposta às necessidades e não havendo médicos, não os podemos inventar, mas há uma coisa que lhe garanto, Senhor Deputado, ainda bem que trouxe esse assunto porque é um assunto que vale a pena ter outro tipo de discussão e outro tipo de aprofundamento. A Câmara Municipal tudo fará dentro daquilo que são as suas competências, dentro da sua área de intervenção para termos mais médicos em Castelo Branco e mais especialistas de qualidade em Castelo Branco. É isso que lhe posso dizer acerca disto.

O Senhor Deputado, Paulo Almeida, também falou sobre o Plano Municipal de Segurança Rodoviária. Já me referi a este assunto e já lhe disse que não foi enganado. O Senhor foi convidado para assistir a uma apresentação onde tivemos o grande prazer de contar com a Senhora Secretária de Estado e onde foi apresentado um diagnóstico e as linhas de ação para a construção do plano.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Registo o seu interesse pela matéria, o conhecimento que tem acerca da mesma e convoco o Senhor Deputado a dar os seus contributos para que este plano seja melhor, que responda àquilo que pretendemos para Castelo Branco.

Não entendi a questão colocada de retirar o máximo de automóveis das ruas e estradas, mas uma coisa é certa, quanto menos carros e veículos motorizados tivermos na nossa cidade, mais sustentável será, ambientalmente ajustada e, portanto, não percebo o enquadramento, mas identifico-me com o princípio, tendo também presente que nenhum membro do Executivo Socialista, na Câmara Municipal, pretenda em alguma circunstancia dificultar o acesso dos cidadãos à cidade, aos serviços e àquilo que aqui está representado.

O Deputado Joaquim Faustino, fala-nos sobre vários assuntos, nomeadamente, a agenda da Associação Portuguesa de Professores de Matemática que é, efetivamente, uma agenda muito bonita, onde colaboramos com gosto porque também é uma forma de promover Castelo Branco e aquilo que de bonito temos na nossa cidade.

O Senhor Deputado, Armando Ramalho, fala-nos sobre falta de rigor na documentação. Poderíamos ter uma longa discussão acerca da falta de rigor e até o podemos fazer um dia, convido-o para beber um café para falarmos sobre estes assuntos e sobre outros que sei que também preocupam o Senhor Deputado e a sua área de intervenção e também a sua área política. Agora posso-lhe garantir, nada daquilo que disse, prejudica a Câmara Municipal, o Concelho de Castelo Branco, ou o funcionamento da Câmara Municipal.

Senhora Deputada, Cristina Granada, fala sobre o sistema inovador de transportes. Queria aqui realçar a enorme mobilização que teve a semana europeia da mobilidade e também a envolvimento que teve até pela abrangência de atividades que estavam associadas à mesma. Como o tempo está a acabar, refiro-me apenas a uma que é tão importante e tão significativa e que tem a ver com o transporte flexível. Hoje, felizmente, os habitantes da Lisga, onde, tivemos o prazer de ter a Senhora Ministra da Coesão Territorial e os habitantes da freguesia das Sarzedas e de outras freguesias do concelho, hoje, têm a possibilidade de marcar uma viagem de táxi de modo a poderem chegar até ao local onde passa a rede de transportes e dessa forma terem a possibilidade de utilizar uma rede de transportes públicos que antes lhes estava vedada por inexistente. Por isso é uma boa medida do nosso ponto de vista e é um bom serviço que prestamos aos albicastrenses.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

A Senhora Deputada Christelle Domingos, fala sobre a Feira de Zamora, aquilo que posso dizer é que a participação de Castelo Branco na respetiva feira que não teve custos em termos institucionais, do stand, foi totalmente gratuita. Os produtores de queijos que foram a Zamora fizeram-no com a disponibilidade dos stands por parte da organização. Levamos uma boa Embaixada de Castelo Branco e por aquilo que foi transmitido, foi bastante importante a nossa presença na divulgação do nosso queijo que teve também de acordo com aquilo que foi dito, um bom acolhimento por parte das pessoas que participaram e que visitaram essa mesma feira.

II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Ponto 1 - Apreciar uma informação do Presidente da Câmara sobre a atividade municipal e situação financeira do Município.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento da Atividade Municipal do último período em análise:

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 30/09/2022

Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal

(alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e artigo 35.º do RAMCB)

- a) e b) **Atividades desenvolvidas pelas associações, fundações e outras entidades de cariz não empresarial, bem como nas empresas municipais ou outras entidades em que o Município detenha alguma participação no capital social ou equiparado, e os resultados disponíveis de natureza económica financeira:** têm-se pautado pela normalidade, nada havendo a registar. Os relatórios de atividades e contas têm vindo a ser oportunamente remetidos, nos termos da lei, aos órgãos municipais.
- c) **Situação financeira em 20/09/2022:**
 - i) **Saldo de Operações Orçamentais** – €45.671.884,47
 - ii) **Saldo de Operações Não Orçamentais** – €2370,81
 - iii) **Valor em dívida em 20/09/2022** – €300.916,91
 - iv) **Outros:**
 - **CMCB** – Ver anexo I.
- d) **Reclamações:** Nada a assinalar.
- e) **Recursos hierárquicos** – Nada a assinalar.
- f) **Processos judiciais em curso/ fase processual atual** – Ver anexo III.

Presidente da Câmara – Senhor Deputado Miguel Barroso, desafiou-nos na última Assembleia a enviar esta informação por escrito, disse-lhe que íamos tentar fazê-lo, inda não o fizemos desta vez,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

mas não estou esquecido do seu repto porque efetivamente decorre da lei e o Senhor quando colocou a questão, colocou também de acordo com aquilo que é uma premissa da própria lei n.º 75/2013. Queria-lhe dizer isto antes de iniciar a minha apresentação que é muito baseada naquilo que é a atividade dos serviços e também a atividade do Município.

Neste momento o Senhor Presidente, fez uma apresentação com projeção da atividade da Câmara.

Ponto 2 - Discussão e votação da proposta de “Adesão do Município de Castelo Branco à APPE – Associação Portuguesa de Parques Empresariais.” (Proposta n.º 35/2022)

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a adesão do Município de Castelo Branco à APPE – Associação Portuguesa de Parques Empresariais.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 2.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

Ponto 3 - Discussão e votação da proposta de “Sociedade Agrícola Rebouça de Cima, Lda.. Pedido de Declaração de Interesse Público”. (Proposta n.º 36/2022)

Ernesto Candeias Martins (MPT) – Acho inóculo que um problema destes venha aqui à Assembleia Municipal. Há uma Declaração de Interesse Público que tem um critério estabelecido e podemos aqui dizer aqui o que é o interesse municipal. Agora quando uma pessoa quer construir um armazém com a sua área e com aquelas finalidades, penso que são aspetos relacionados com o projeto de interesse municipal, com o plano de pormenor. E por isso, penso que no futuro desde que esteja o Plano de Urbanização, isso poderia ficar integrado e deixar de vir aqui, questões que são pertinentes. Eu sei que é a lei, mas a partir do momento em que há um plano, deixava aqui uma ressalva sobre isso, se estamos aqui a trazer assuntos, imaginamos que amanhã haverá outros, mas que é urgente um plano geral de urbanização para que depois estas coisas possam estar regulamentadas.

João Ribeiro (CHEGA) – É a primeira vez que estou perante uma situação destas de interesse público, já percebi que é a lei. Agora olhando para esta informação que temos aqui, no pedido de Declaração de Interesse Público, primeiro está aqui a sociedade que nem sabemos quem é o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

contribuinte, pode ter sido uma sociedade feita anteontem, portanto, acho que devia haver mais informação. E, depois, diz no despacho, “foi na pessoa do arrendatário”, assim não sabemos se é dono ou não. É claro que o CHEGA não está para causar entraves ao investimento e saudamos esse investimento, mas no fundo, parece que estamos a dar uma votação, não estamos a contribuir com nada, a informação é muito escassa e depois há outra questão que é preciso colocar para depois não virmos com choradeiras porque já aconteceu, é portanto, se existe na Assembleia, ou se alguém que já teve alguma decisão, se existe alguma relação familiar, estou só a questionar.

Presidente da Assembleia Municipal - Senhor Deputado o que lhe posso dizer é que no Regimento que aprovamos, está prevista esta situação em que as pessoas estão impedidas de participarem em determinado tipo de votação se eventualmente tiverem algum interesse, portanto, isto à partida estará acautelado e se isso acontecer será da responsabilidade de cada uma das pessoas.

Luís Alfredo Cardoso Resende (DDAOS) - Respondendo ao Senhor Deputado Ernesto Candeias relativamente à questão, é uma situação que está prevista no PDM porque há construções que pela sua dimensão gera um impacto na paisagem, então ressalvou-se a possibilidade de grandes edificações ou o conjunto das edificações pré-existentes, mais esta que vão construir, ultrapassarem os dois mil metros quadrados. Mas, isto é uma reserva que permite que estas construções se façam, ou seja, tem que haver um limite e é nessa perspetiva, desde que se salvguarde o cumprimento de servidões administrativas em função dos usos, foi uma reserva que politicamente acharam que deveria ser um privilégio da Assembleia poder aceitar ou não aceitar essa hipótese, porque isto é para as indústrias que já cá vieram casos similares. É para os empreendimentos agroflorestais, é para esse tipo de situações.

Portanto, a norma pode já não ser, o limite... não vou discutir isto, vocês é que têm em sede própria discutir isso. O plano está em vigor, temos que fazer isto e, portanto, temos que submeter à Assembleia se concorda ou não com uma ampliação do edificado existente que tem mais de 362 metros. É uma exploração agrícola, faz sentido, não tem problema nenhum do ponto de vista urbanístico do ordenamento do território, agora é uma reserva e é uma competência da Assembleia Municipal que é o órgão competente para fazer estas declarações de interesse público.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

A questão colocada pelo Senhor Deputado João Ribeiro, é evidente que podíamos mandar o processo todo de obras, talvez dissesse que era exaustivo estar-lhe a mandar o processo de licenciamento com todos os elementos, nos quais, são identificados a titularidade do proprietário, do arrendatário ou da pessoa que pode apresentar o projeto devidamente autorizado pelo proprietário, são salvaguardas que tem que ter porque tem números de contribuinte, tem tudo. Isto é um processo de licenciamento simples, perfeitamente normal como todas as outras obras que têm que ter essa documentação. Este só é excecional por já ter mais de mil metros quadrados de construção do terreno e, portanto, como já tem mais, ultrapassa os dois mil de qualquer construção.

Penso que esclareci o direito de poder apresentar, é um arrendatário que trás o contrato de arrendamento do processo e que está devidamente autorizado pelo proprietário.

Presidente da Assembleia Municipal – Penso que está esclarecida esta questão, recordo que relativamente à questão que há pouco o Senhor Deputado referiu, recordo que no Regimento secção 3, artigo 14º., fala nos casos de impedimento e no artigo 15º., fundamentos de escusa e suspeição, portanto, essa questão à partida estará devidamente garantida e cada um é que sabe as linhas com que se pode coser.

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, declarar de interesse público a Sociedade Agrícola Rebouça de Cima, Lda..

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 3.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

Ponto 4 - Discussão e votação da proposta de “Contratos Interadministrativos com as Juntas/Uniãos de Freguesia:

4.1. Junta de Freguesia de Tinalhas. Colocação de estátua da Rainha Santa Isabel no recinto. (Proposta n.º. 37/2022)

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Contratos Interadministrativos com as Juntas/Uniãos de Freguesia de Tinalhas para colocação de Estátua da Rainha Santa Isabel no recinto, no valor de €5.088,00.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 4.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade

4.2. União de Freguesias de Escalos de Baixo e Mata. Reabilitação do Edifício da Junta de Freguesia de Mata. (Proposta 38/2022)

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Contratos Interadministrativos com as Juntas/Uniões de Freguesia de Escalos de Baixo e Mata para reabilitação do Edifício da Junta de Freguesia de Mata, no valor de €36.750,20.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 5.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade

Ponto 5 - Discussão e votação da proposta de “Ocupação do Espaço Aéreo da Via Pública com Toldos e similares – Isenção de taxa”. (Proposta n.º. 39/2022)

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, a isenção de taxa para ocupação do espaço aéreo da via pública com toldos e similares, para o ano de 2022.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 6.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

Ponto 6 - Discussão e votação da proposta de “Nomeação da SROC, Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados, S.R.O.C., LDA, como auditor externo legais das Contas.” (Proposta n.º. 40/2022)

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com quatro abstenções do PSD/CDS/PPM, e 33 votos a favor, dos Grupos do PS, S-MI, MPT e CHEGA, nomear a SROC, Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados, S.R.O.C., LDA, como auditor externo legal das contas, do Grupo Municipal para os anos de 2022 a 2024.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 7.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

Ponto 7 - Discussão e votação da proposta de “3ª. Alteração Orçamental Modificativa (Revisão)”. (Proposta n.º. 41/2022)

Presidente da Câmara Municipal – Esta alteração orçamental modificativa tem como principal objetivo a inclusão de um conjunto de novos projetos nas GOP, chamava a atenção apenas para três ou quatro mais significativos, no âmbito, da requalificação da Escola Secundária N'Álvares, a construção de uma cozinha pedagógica na área da Saúde, o Centro de Saúde de Alcains e também a Unidade de Saúde Familiar, em Castelo Branco, a reabilitação do ex-edifício da Guarda Fiscal onde se pretende colocar o Centro de Empresas Inovadoras, a reabilitação da antiga Escola de Monforte da Beira que se pretende que venha a acolher novamente alunos. E depois, mais um conjunto de procedimentos, nomeadamente, a reabilitação do Edifício D^a. Carlota de Monforte da Beira, o Centro de Apoio às Associações nos Lentiscais, a construção do Edifício Multiusos em Benquerenças, a ampliação de vários cemitérios no nosso concelho.

Eu chamava aqui a atenção por exemplo para o cemitério dos Escalos de Cima, onde já se está a utilizar os corredores do cemitério para fazer os enterros, carece de uma ampliação urgente pela premência que aqui está, mas há outras intervenções previstas, nomeadamente, nos Maxiais, em Almaceda, na Paiágua e está tudo aqui incluído nesta alteração orçamental, a beneficiação da estrada de acesso dos Maxiais, o troço da EN233 até ao nó de acesso à A23, é um troço onde passa muita gente e que começa a apresentar uma degradação bastante acentuada e depois a reparação da estrada entre o Pé da Serra e o limite do Concelho das Sarzedas que também é um projeto antigo e que pretendemos também levar por diante.

São estas, as áreas e os novos projetos que pretendemos incluir, são fundamentais para a dinâmica de desenvolvimento do concelho em diferentes áreas, contribuem para a coesão territorial uma vez que muitos destes projetos se situam em grande maioria fora da freguesia de Castelo Branco e, portanto, são fundamentais para o desenvolvimento para a coesão e para o progresso de Castelo Branco.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Ernesto Candeias Martins (MPT) – Ficou aqui dito que houve uma mudança de estratégia porque transitar de 2022 alguns projetos para 2023, entre eles até se destacam a Barragem do Barbaído, já foi aqui dito, não sabemos as razões, mas gostaríamos de saber as razões de abater quatro milhões e se isso faz com que realmente tenha aquele saneamento financeiro que há pouco disse. Não sei então são estratégias, gostaríamos de saber como vai a Câmara em termos de novas estratégias, grandes projetos, ficou aqui dito que a Câmara realmente tem outro rumo adequado e por isso gostaríamos de saber que transição é essa.

De qualquer forma, destaca-se aqui no quadro B, já sei quem me vai dar a informação, mas na aquisição de prédios, terrenos, de prédios do município que perfaz à volta de um milhão cento e cinquenta mil, o MPT solicitou aqui um inventário atualizado. Se se sabia, os prédios e os imóveis que a Câmara tem. Agora aparece aqui a aquisição de terrenos, quer dizer que sabe que esse inventário está. Nós solicitamos essa atualização, não nos foi informado, foi nos dito que era muito difícil, que havia dificuldades em alguns aspetos, gostava de saber, se efetivamente, e o porquê dessa estratégia de aquisição, com certeza tem um destino.

Por outro lado, há aqui um abatimento de uma questão, sei que é melindrosa, mas até acho bem, é o edifício multiusos de Cebolais de Cima, à volta de dois milhões, com todo o meu respeito que tenho pelos Cebolais de Cima porque não houve estratégias adequadas anteriormente para se manter lá a população e por isso mesmo, estar a investir dois milhões, penso que se deve investir em outros aspetos que são mais úteis na cidade. Ao transitar deixa de ser, depois em 2023 também este “abate”, quer dizer que deixou de ser uma prioridade, podemos discutir se devíamos ou não criar outras condições para os Cebolais de Cima, com certeza que sim, mas também reconheço que um investimento desse tipo, é muito grande para uma Junta de Freguesia, com todo o meu respeito por as pessoas que lá vivem.

Finalmente, há aqui uma questão que já foi falada, de um mapa de 2023 e anos subsequentes que é o abatimento, o Senhor Presidente já referiu, mas queria que clarificasse porque os cidadãos que estão lá em casa e aqui, presencialmente, gostam das coisas muito claras que é o abatimento de um milhão setecentos e cinquenta, em termos de fornecimento de energia. Então é porque não existe um plano energético.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Gostaríamos de ver esse plano projetado até 2024, 2025 ou 2026. É por isso mesmo nessa sequência que há uma alternativa. Bem, mas tenho que felicitar aquilo que já aqui na minha intervenção disse que era uma suspeita e até utilizei uma metáfora filosófica, é que há um novo rumo ou uma nova mudança de estratégia e gostaríamos de saber se essa estratégia que efetivamente trás à Câmara mantendo, como disse, muitos projetos, mas transitando-os para 2023 ou algum que abata, mas gostaria de ser esclarecido.

Carlos Manuel Freire Antunes (PSD/CDS/PPM) – O Executivo coloca à votação desta Assembleia Municipal a 3ª. Revisão Orçamental de 2022, quando estamos a três meses do final do ano.

Nesta Revisão podemos ver com maior detalhe onde vão ser alguns investimentos, o que é positivo. No entanto, de um orçamento de oitenta e oito milhões, o Executivo assume agora que não vai concretizar 4,2 milhões, 4,8% do valor orçamentado. Obras no valor de 4,2 milhões que o Executivo se tinha comprometido com os albicastrenses em realizar em 2022, vão ser adiadas para 2023. Este adiamento denota na nossa opinião uma manifesta incapacidade do Executivo no cumprimento de prazos e objetivos previstos em orçamentos e uma incapacidade de fazer as coisas acontecerem. Quando da aprovação do orçamento a 30 de dezembro de 2021, questionei aqui qual a taxa de Execução prevista desse orçamento. Hoje, a três meses do final do ano, já pouco falta, retomo a questão. Qual é a taxa de execução orçamental prevista neste momento ou vamos ter que esperar pelo fim do ano para conhecer o real valor da incapacidade desta gestão para fazer as coisas acontecer.

Armando Lopes Carvalho (S-MI) - No âmbito da fundamentação da necessidade desta proposta é referido que “o orçamento para o ano de 2022 e anos seguintes, prevê dotações insuficientes, as quais se pretendem agora dotar com a presente alteração orçamental modificativa”; São inclusivamente elencados a inscrição de novos projetos nas Grandes Opções do Plano. No entanto, com a presente Alteração constata-se uma diminuição de cerca de 5% (4 189 000 Euros) do Orçamento do ano de 2022. Não é dada pelo Executivo Socialista, qualquer fundamentação ou explicação para a anulação desta dotação no orçamento do ano de 2022.

Por esse motivo os membros do grupo municipal do SEMPRE – Movimento Independente não votarão, favoravelmente, a presente proposta.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Francisco Pombo Lopes (PS) – Concretamente esta proposta de alteração orçamental, traduz-se no seguinte, na persecução de interesse público, traduz-se concretamente em implementar medidas necessárias às necessidades coletivas e traduz-se acima de tudo na possibilidade que qualquer orçamento tem de ser alterado, porque um orçamento é sempre um instrumento político ao serviço dos cidadãos. Mais do que um instrumento económico, é um instrumento político e só faltava não poder ser alterado. Ora, a questão que aqui se coloca aos Senhores Deputados Municipais que foram eleitos pela população é se aprovam ou não que esse interesse público seja acautelado e que a satisfação das necessidades que visa este orçamento seja um instrumento para prosseguir essas obras para seguir essas medidas, seja ou não aprovado por V. Exas.. Foi para isso que fomos eleitos, fomos eleitos para a discussão do interesse público e não deveremos colocar entraves na satisfação dessas necessidades.

Qualquer orçamento é meramente previsional, não é estático, a realidade não é estática, temos bem presente que começamos o ano sem guerra e temos um ano com guerra, temos bem presente que a realidade não é estática e também os orçamentos enquanto documentos previsionais não são estáticos e têm que acompanhar a realidade e acima de tudo os orçamentos são instrumentos políticos daqueles que foram eleitos para prosseguir com o interesse público e daqueles que foram eleitos para executar a política no nosso Município.

Miguel Gregório Barroso (PSD/CDS/PPM) – Senhor Deputado do PS, a prossecução do interesse público? Então os Senhores apresentam uma 3ª. Revisão ao Orçamento este ano que prevê o adiamento de investimentos em ordem superior a quatro milhões de euros, investimentos que podemos entender como importantes para os albiacastrenses, demonstram com esse adiamento para ser simpático alguma incapacidade de fazer, de realizar, concretizar os projetos, inclusivamente, nós e ainda hoje vamos falar nisso, há tempos o Senhor Presidente trouxe aqui à Assembleia Municipal uma nova orgânica da Câmara Municipal e dissemos nesse momento que não queríamos que o Senhor Presidente tivesse qualquer problema em executar a sua estratégia desde que esses problemas não viessem da organização do município. Quer isto dizer que o Senhor Presidente utilizou todos os mecanismos, organizou os serviços de acordo com as suas estratégias para que pudesse executar a sua estratégia e o seu orçamento. E o Senhor vem agora aqui dizer que esta Revisão ao Orçamento que adia investimentos na ordem dos quatro milhões vem prosseguir o interesse público? Olhe que essa é curiosa, desculpe lá Senhor Deputado. Vem é demonstrar aqui,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

alguma incapacidade de realizar e de concretizar o que estava previsto. E deixe-me dizer-lhe que compreendo com certeza que há aqui alguns imprevistos decorrentes da pandemia, decorrentes, por ventura, também da situação de guerra que vivemos na Ucrânia, todos compreendemos isso, não pode é vir aqui dizer que os Senhores Deputados têm que aprovar esta Revisão porque vai ao encontro do interesse público, desculpe lá mas não é bem assim.

Presidente da Câmara – Senhor Deputado Ernesto Candeias Martins, coloca aqui algumas questões muito objetivas, relativamente à aquisição de terrenos e de habitação para a Câmara Municipal, efetivamente que temos aqui previsto um reforço orçamental. Há três ou quatro situações que entendemos como sendo positivas, a aquisição desses prédios para aquilo que é a estratégia da Câmara Municipal e por isso mesmo, trazemos a deliberação da aquisição desses mesmos edifícios. Retiramos, efetivamente, a construção do Multiusos de Cebolais de Cima e retiramo-lo por uma questão muito simples, não estamos contra a construção de um multiusos dos Cebolais de Cima, o que é certo, é que há um projeto para um pavilhão multiusos para Cebolais de Cima. O projeto tinha uma dotação prevista de um milhão e duzentos mil euros, foi posto a concurso depois de revista pelos Serviços da Câmara Municipal por mais de um milhão e quatrocentos mil euros e apesar de se ter feito esta Revisão e apesar de se ter aumentado o preço base de acordo com aquilo que era a inflação e também as dificuldades do mercado em dar resposta a estes projetos, apesar disto, ficou deserto. Isto é significativo, são as dificuldades do presente e serão de certeza absoluta as dificuldades do futuro.

De facto, a Câmara Municipal de Castelo Branco está com dificuldades em executar, sobretudo, ao nível das despesas de capital. Assumimo-lo. Mas, também devemos assumir e ter a mesma humildade que tenho para assumir isto. Este não é um problema exclusivo da Câmara Municipal de Castelo Branco. Este é um problema de Castelo Branco, é um problema dos outros trezentos e oito municípios, é um problema do Estado Central e mais do que isso é uma dificuldade com que toda a Europa se está a confrontar, que resulta como todos sabem da pandemia, da guerra e da dificuldade em ter empresas disponíveis para dar resposta aos concursos que são lançados dentro dos valores que são entendidos pelos serviços técnicos da Câmara Municipal, adequados à concretização dessas mesmas obras. Depois também devo lembrar a dificuldade que temos em Castelo Branco, mas que também não é de Castelo Branco, em exclusivo, é também do resto do



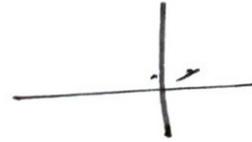
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

país, ter empresas com os trabalhadores necessários para o desenvolvimento dos projetos. Temos carência de mão de obra em Castelo Branco e no país inteiro.

Quem mais do que o Presidente da Câmara Municipal, gostaria de ver estes projetos concretizados? Quem mais do que um Presidente da Câmara que se apresentou em eleições, fazendo um conjunto de propostas de investimento e também de investimento de despesas de capital, gostaria que se concretizassem com a maior brevidade? Seria incoerente se assim não fosse. Mas, o que é facto, é que não temos resposta das empresas e temos dificuldade e temos que assumir aqui, já discutimos aqui várias vezes nas reuniões do Executivo, temos dificuldades que as empresas que estão a trabalhar em Castelo Branco, cumpram os prazos que se disponibilizaram segundo os quais concorreram às obras. Dou dois exemplos de problemas ainda maiores que tentamos há pouco tempo solucionar e que não é incapacidade da Câmara Municipal, é incapacidade da sociedade, uma obra importante e fundamental no largo da Lardosa, já começou há não sei quantos anos e tivemos que anular o concurso e o procedimento por incapacidade da empresa responder. A empresa não teve condições para fazer a obra. Tivemos que anular e fazer um novo procedimento e neste momento temos uma nova empresa para concretizar aquele projeto.

Falamos de Alameda, havia uma obra e não era muito grande, tinha sido adjudicada, cuja empresa foi incapaz de a realizar e tivemos que fazer a mesma coisa, tivemos que anular aquele concurso, um procedimento que demora muito tempo e tivemos que lançar um novo concurso. É óbvio, a responsabilidade é do Executivo. Posso-vos garantir uma coisa, tanto eu como o Senhor Vice-Presidente e a Senhora Vereadora, todos os dias trabalhamos muitas horas para resolver estes problemas e quem nos dera que pudessem ser resolvidos. Estou aqui a falar em termos macro, mas também podia falar em termos micro. Ainda, ontem, teve lugar uma Assembleia de freguesia, numa das 19 freguesias do nosso concelho, onde o Senhor Presidente da Junta de Freguesia que nem é do PS, respondeu aos membros da Assembleia de Freguesia do PS que não foi possível concretizar aquelas obras porque não tinha quem as fizesse. Este é um problema da Câmara Municipal, mas devemos pensar nisto numa outra perspetiva, deve-nos preocupar porque isto significa desenvolvimento, dinâmicas económicas, criação de riquezas e temos que trabalhar no sentido de resolver isto.

Falamos há poucos dias com a Ministra da Coesão Territorial e com o Secretário de Estado da Justiça que fez a simpatia de estar aqui na Câmara Municipal e visitar as instituições de Justiça



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

do Concelho de Castelo Branco, tivemos oportunidade de falar com eles, nomeadamente, acerca da agilização de trazer trabalhadores de fora do país para que pudessem vir a reforçar os quadros das nossas empresas, mas também não é uma coisa que as nossas empresas recolham assim e é como sabem também uma situação sensível que precisa ser muito bem avaliada ao nível da entrada dessas pessoas e que não se opera de um dia para o outro. Mas, há uma coisa que sei, a mão de obra disponível para realizar este tipo de intervenções é curta, relativamente, àquilo que são os nossos projetos e a nossa ambição e isto traz-nos problemas, dificuldades e assumo-as aqui Senhor Deputado Miguel Barroso e assumo que não foi possível fazer mais a este nível.

Portanto, estamos com estas dificuldades, mas não desistimos, estamos cá todos os dias, como disse, eu o Senhor Vice-Presidente e a Senhora Vereadora a trabalhar muitas horas para resolver estes problemas, há que definir opções e dar continuidade ao trabalho.

O Senhor Deputado Ernesto Candeias Martins, questiona o porquê da inclusão destas obras. Senhor Deputado, por uma razão muito simples, porque neste momento temos condições para lançar estas obras ou acreditamos que temos. Temos em desenvolvimento, numa fase adiantada o projeto para o novo Centro de Saúde de Alcains. É ou não é uma obra importante? É ou não é uma obra estruturante? É ou não é uma obra necessária? É isso que estamos a fazer, estamos a concluir o projeto para poder avançar com ele.

A Unidade de Saúde Familiar é ou não importante? Faz falta ou não em Castelo Branco? Faz falta ou não aos utentes do SNS que já aqui falamos hoje?

Tenho tido várias conversas com os médicos e também com os enfermeiros e os técnicos que vão fazer parte desta Unidade de Saúde Familiar, a questionar-me para quando a concretização deste projeto. Quem me dera que já estivesse. Mas, estamos a fazê-lo.

Senhor Deputado Armando Ramalho, deve andar muito distraído relativamente ao passado, alterações orçamentais sempre houve. A diminuição da dotação e dos compromissos e dos cabimentos sempre houve. Não é a primeira vez que isso acontece, nem será a última. Estamos a falar de previsões e ajustamentos de um instrumento que é orçamental, àquilo que são as dinâmicas do território.

Podemos fazer uma viagem ao passado da governação do PS, nesta câmara, e verificar que todos os anos houve diminuições e reduções da dotação orçamental, geralmente, fazia-se só na última sessão, se calhar, faremos outra proposta para última sessão, como sempre se fez e nunca foi



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

aqui questionado. Mas qual é o problema? Estamos a trabalhar com elementos, agora quanto àquilo que aqui temos, temos aqui muitas coisas importantes em Castelo Branco e quero saber quem é que está disponível para levar por diante uma estratégia, ou quem é que quer inviabilizar essa estratégia de desenvolvimento. Fala-se de coesão e que não promovemos a coesão e que não estamos disponíveis para potenciar e promover a coesão, então agora quero ver se vão chumbar a construção do edifício multiusos das Benquerenças, se vão chumbar a requalificação da Escola de Monforte da Beira, se vão chumbar a beneficiação do troço nacional 233, entre a zona industrial e o nó da A23, se estão disponíveis para inviabilizar a reparação da estrada compreendida entre o Pé da Serra e as Sarzedas, se estão contra a reabilitação do Edifício D. Carlota em Monforte da Beira, se estão indisponíveis para inviabilizar a requalificação cozinha pedagógica ou o Centro de Saúde de Alcains, a Unidade de Saúde Familiar, ou a Guarda Fiscal? Vamos ver que disponibilidade é que temos para isto?

Quem viabilizar está pelo progresso e pelo desenvolvimento, pela coesão territorial e apoio às populações. Quem votar contra estará contra tudo.

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 18 votos a favor do PS, 13 votos contra, 11 do S-MI e 2 do CHEGA e 4 abstenções, 3 do PSD/CDS/PPM e 1 do MPT, aprovar a 3ª. Alteração Orçamental Modificativa.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º8 .

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

ADITAMENTO

Presidente da Câmara Municipal – Como já aqui foi dito, foi aprovada nesta Assembleia uma nova Estrutura Orgânica para o Município de Castelo Branco.

Houve uma situação durante a publicação da Estrutura Flexível e da Estrutura Nuclear, não foram publicadas no mesmo dia no Diário da República e por essa mesma razão uma Consultora dos Serviços Jurídicos, solicitou-me a suspensão da entrada em vigor dessa nova estrutura orgânica. Posteriormente, fui informado também pelos Serviços que não poderíamos dar sequência a esta implementação sem termos aprovado o Mapa de Pessoal que se ajustasse à estrutura entretanto criada porque se o fizéssemos haveriam Unidades e Divisões que não teriam trabalhadores afetos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Temos feito uma análise criteriosa do Mapa de Pessoal, constatamos que existem Divisões e áreas de intervenção municipal que carecem de um reforço de recursos humanos bastante significativo e, obviamente, isso tem implicações em termos orçamentais.

O Senhor Vice-Presidente fez várias reuniões com os chefes de divisão e diretores de departamento e também com os recursos humanos, no sentido, de identificar as áreas já da nova estrutura que carecem dessa adequação dos Recursos Humanos e é um trabalho que ainda não concluímos até pela sensibilidade que afigura. Por essa mesma razão, fiz um despacho a suspender a entrada em vigor da nova estrutura orgânica, entendendo que teremos que melhorar este aspeto, ou temos que dar resposta a este aspeto para quando a Estrutura Orgânica entrar em vigor, entre plenamente e sem causar constrangimentos aos serviços e àqueles que aqui trabalham. Diariamente, é feito um esforço muito grande por parte, seja dos técnicos, dos dirigentes da Câmara Municipal para que as respostas às diferentes áreas de intervenção sejam possíveis e para que a Câmara Municipal continue a fazer o seu trabalho.

Respondendo ao Senhor Deputado Miguel Barroso, ninguém mais do que eu, gostaria de ter esta estrutura já a funcionar e a ajudar a Câmara naquilo que é o nosso pensamento e o nosso projeto. Sou eu, enquanto Presidente da Câmara me afiguro o mais prejudicado pelo facto, disto ainda não estar a ser feito, mas em boa verdade, nenhum serviço da Câmara Municipal naquilo que é o seu funcionamento ficou afetado pelo facto da nova estrutura não estar a funcionar.

Há aqui um atraso que não nos agrada, reconhecemo-lo como sempre fazemos e a culpa será da Câmara Municipal e do seu Executivo. É uma culpa que assumimos e que pretendemos ver colmatada com a aprovação, espero em devido tempo, do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal.

Estamos mais uma vez a falar de desenvolvimento e resposta às necessidades do Município.

Solicito a vossa compreensão para este aspeto e que aceitem a inclusão deste ponto na ordem de trabalhos, não é nada que se tenha feito em muitas circunstâncias com este timing de tempo e que depois possamos votar a proposta de ratificação que aqui trazemos.

Presidente da Assembleia Municipal - Está aqui justificada e apresentado o motivo de urgência desta questão e passamos então à votação do pedido de inclusão.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Recordo que temos na sala 34 deputados, 17 do PS, 10 do S-MI, 4 do PSD/CDS/PPM, 2 do CHEGA e 1 do MPT.

Posto à votação, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com dois votos contra do CHEGA e 32 votos a favor dos restantes Grupos Municipais, aprovar o pedido de inclusão do ponto 8, do Aditamento à Convocatória.

ADITAMENTO À CONVOCATÓRIA DA SESSÃO DE 30/09/2022

Ponto 8 - Discussão e votação da proposta de “Ratificação do Despacho N.º 29-P, de 31/08/2022, no que diz respeito à Estrutura Nuclear”. (Proposta n.º 42/2022)

Armando Lopes Carvalho (S-MI) - Reforçando o que dissemos a este respeito no Período Antes da Ordem do Dia, atendendo ao que consta na fundamentação do Despacho N.º 29-P, de 31/08/2022, não compreendemos das razões pelas quais o Despacho N.º 27-P/2022 de 18 de julho, bem como as Declarações de Retificação n.º 649/2022 e 650/2022 publicada no Diário da República 2.ª série n.º 142 de 25 de julho de 2022, não vieram a ratificação da Assembleia Municipal, na sua sessão de 11 de agosto de 2022. De resto, no ponto 2.º do Despacho N.º 27-P/2022 de 18 de julho, o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco determina que “seja levado a reunião dos órgãos executivo e deliberativo a ratificação quanto à data de entrada em vigor da nova estrutura orgânica nuclear e flexível constante das Declarações de Retificação enviadas para publicação em Diário da República;”.

Por esse motivo os membros do grupo municipal do SEMPRE – Movimento Independente não votarão favoravelmente a presente proposta.

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 12 votos contra, 10 do S-MI e 2 do CHEGA, com 5 abstenções, 4 do PSD/CDS/PPM e 1 do MPT e 17 votos a favor do PS, ratificar o Despacho N.º 29-P, de 31/08/2022, no que diz respeito à Estrutura Nuclear.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 9.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

4. Intervenção do Público

Luís Vicente Barroso – Boa tarde a todos os presentes e aos Albicastrenses que ainda resistem em acompanhar esta transmissão em direto.

Escolhi, da Ordem do Dia da sessão de hoje, o ponto 4, " Contratos Interadministrativos com as Juntas/Uniões de Freguesia".

Continuo a ser obrigado, como cidadão, a obedecer a um Regimento da responsabilidade de todos os que aqui estão sentados, que não me calarei em combater em nome da cidadania, da liberdade de expressão e intervenção.

Curiosa a intervenção, já hoje aqui feita por um deputado municipal, que falou e apelou à participação cidadã, pura hipocrisia política, exigir aos outros aquilo que não permite participar.

Um dos contratos Interadministrativos aprovado, diz respeito à colocação da estátua da Rainha Santa Isabel no recinto das festas, em Tinalhas, pretensão que considero lógica, bem como o apoio do município no valor aproximado de 5 000,00€.

Recordo-vos, que Fernando Namora, figura pública nacional, escritor e médico que todos devíamos conhecer, viveu e exerceu a sua atividade de medicina nesta freguesia, em 1943 e 1944.

Existe ainda a casa onde ele morou, pelo que seria importante a colocação, pelo menos, de uma placa identificativa, como marca histórica a assinalar a sua passagem por esta aldeia, onde escreveu a novela "Casa da Malta".

Nesta freguesia ainda temos a Escola pública aberta, a funcionar com 8 alunos, ao abrigo de uma autorização excecional do governo, e o jardim de infância com 6 crianças.

Se queremos atrair pessoas para os nossos territórios, particularmente casais novos, temos de ter escolas e creches a funcionar.

As escolas ajudam a fixar pessoas e a combater o despovoamento, por isso devem ser dotados de atratividade, melhores condições de conforto e de aprendizagem para todos.

A conclusão e discussão da Carta Educativa do concelho torna-se cada vez mais importante como um instrumento de planeamento, organização e diagnóstico, atualizada com as realidades atuais e com as alterações legislativas ocorridas.

O município adjudicou a elaboração de um estudo e projeto para a reabilitação da Escola Básica e Jardim de Infância dos Escalos de Baixo, pelo valor de 16 000,00€.

- Gostaria de saber que estudo é este e o que se pretende com o mesmo?



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Escalos de Baixo, também ao abrigo da excecionalidade do governo, mantem a sua escola aberta com 9 alunos, e na creche tem 17 crianças, o que é um bom indicador para o futuro.

Quanto ao contrato Interadministrativo aprovado para a reabilitação da antiga sede da Junta de Freguesia da Mata, pelo valor de cerca de 37 000,00€, a mesma suscita-me algumas interrogações.

- Qual a razão desta requalificação e para que vai servir no futuro?

Salvo melhor opinião, estamos a gastar dinheiros públicos de forma pouco pensada, quando existe o espaço multiusos, Centro Cultural e Recreativo Joaquim Morão, um edifício interessante arquitetonicamente, bem conservado, com várias salas disponíveis, e polivalentes, que me parece abandonado e sem qualquer utilização.

Ontem à noite estive presente na Assembleia de Freguesia de Santo André das Tojeiras, pois para falar das nossas aldeias é preciso conhecer as suas realidades, os seus problemas, os seus espaços, as suas gentes, atividades, costumes e património, e todo o contributo, mesmo pequeno que seja, é estarmos a contribuir para que a coesão territorial não seja palavra vã.

Presidente da Câmara Municipal – Não posso deixar de responder pelo menos a um dos pontos, porque o Senhor Luís Barroso fez aqui essencialmente comentários e apreciações.

Sobre a Escola de Escalos de Baixo, Senhor Luís Barroso é muito simples, trata-se da elaboração do projeto de requalificação da escola para que depois desse projeto feito, se possa fazer um procedimento concursal de reabilitação. Sem o mesmo, estaríamos a trabalhar sem dados, sem objetivos e sem um projeto adequado a esse mesmo desenvolvimento, no que diz respeito ao Contrato Interadministrativo com a União das Freguesias dos Escalos de Baixo e Mata. Trata-se de suprir uma necessidade, nomeadamente, de pinturas e outros aspetos que o edifício carece, de manutenção.

Também fico surpreendido, Senhor Luís Barroso, pelo facto, de ser sempre e bem, tão assertivo no que diz respeito à manutenção, recuperação e melhoria daquilo que é o edificado da Câmara Municipal e das Freguesias e desta vez estar contra a manutenção do edifício que se situa na freguesia da Mata e que carece dessa mesma requalificação.

Agradeço-lhe a sua presença e as questões que coloca e que continue a assistir a estas sessões da Assembleia Municipal e às do Executivo da Câmara Municipal.

Bem haja.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

CONCLUSÃO DA ATA

E, não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Presidente da Mesa encerrada a sessão, eram 14 horas e 50 minutos, mandando que de tudo, para constar, se lavrasse a respetiva ata.

O Presidente da Assembleia Municipal,

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'Miguel', written over a horizontal line.

O 1.º Secretário,

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'J. J.', written over a horizontal line.